

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.
(anteriormente denominada Patrimar Engenharia Ltda.)

CNPJ Nº 23.236.821/0001-27

Página 1/6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Patrimar Engenharia S.A. apresenta seus resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O ano de 2019 consolida a atual fase de crescimento da companhia com incremento de 27% da sua receita líquida em 2019 quando comparada com o ano de 2018 (Consolidado). Importante também destacar a incorporação da Construtora Novolar Ltda., em setembro de 2019, investida integral, agregando na atual estrutura estratégica da Patrimar mais um importante e representativo nicho do mercado residencial brasileiro. A Companhia tem por missão incorporar, construir e comercializar imóveis nos segmentos comercial e residencial de alta, média e baixa rendas, com qualidade superior e com preços mais competitivos, gerando valor para clientes e acionistas. Em todos os segmentos de atuação, a Companhia possui como meta oferecer produtos que excedam as expectativas de seus clientes, promovendo assim uma experiência única na aquisição de um imóvel. Como visão de negócio, a Patrimar tem por objetivo ser reconhecida como a melhor, mais criativa, arrojada e sustentável empresa de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários. Historicamente, sempre apresentamos forte geração de caixa operacional, utilizando-o, em parte, como fonte de autofinanciamento de suas operações. O financiamento da operação via capital de terceiros, majoritariamente financiamentos à produção imobiliária para pessoa jurídica, detém um histórico positivo de amortizações e quitação pelo fluxo de caixa gerado pelos próprios empreendimentos financiados. A Companhia acredita que isto denota não apenas o elevado grau de assertividade mercadológica de seus empreendimentos, como também a disciplina na gestão do capital de giro e utilização de uma adequada estrutura de capital. Como consequência da utilização consciente de fontes de capital, a Companhia desenvolveu excelentes relacionamentos de longo prazo com as instituições financeiras que atuam no financiamento imobiliário, seja para produção imobiliária ou oferecendo crédito imobiliário para aquisição de imóveis por pessoas físicas.Recentemente, o mercado brasileiro tem apresentado maior volatilidade em decorrência, dentre outros fatores, do avanço da epidemia do vírus Covid-19. Em contrapartida, medidas restritivas estão sendo adotadas no Brasil e em outros países, na tentativa de minimizar a expansão da doença, minimizando os seus impactos na economia. Considerando o setor da Construção como uma das atividades essenciais elencadas pelo Governo Brasileiro, várias medidas de incentivo foram divulgadas, reduzindo bastante os impactos. Estamos mantendo o ritmo e todas as obras seguem sem interrupção, não havendo nenhum risco identificado de atraso em relação a entrega para os clientes. Estamos atendendo a todas as exigências e cuidados necessários, priorizando a garantia da saúde e segurança de nossos colaboradores e prestadores de serviços. As operações da gestão administrativa e comercial passaram por um período de trabalho à distância ("Home Office"), retornando as atividades nos escritórios a partir da flexibilização do isolamento social nas cidades onde

os mesmos estão localizados, e, os nossos parceiros nas diversas cadeias, tanto financeira, como da operação de obras, estão operando sem maiores impactos. Nossa expectativa é positiva na retomada da economia e, esperamos que o conjunto de toda a Sociedade possa trabalhar em favor do nosso maior bem, o bem-estar social. A Companhia encerrou o ano de 2019 com 441 funcionários próprios.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Diretoria é o órgão da Companhia responsável, principalmente, pela administração e pelo monitoramento diário das políticas e diretrizes gerais.

Executivo	Cargo
Alexandre Araujo Elias Veiga	Diretor Presidente/CEO
Heloisa Magalhães Martins Veiga	Vice-Presidente
Lucas Felipe Melo Couto	Diretor Comercial e Marketing
Renata Martins Veiga Couto	Diretora de Incorporação
Marcos Rogério Almeida Dutra	Diretor Administrativo Financeiro/CFO
Alexandre Lara Nicácio	Diretor Técnico
Ronaldo Rabelo Leitão de Almeida	Diretor de Obras
Marcos Alexandre Barbosa	Diretor Regional

Informações Operacionais

Em 2019 a Patrimar realizou a venda bruta de 868 unidades, que totalizaram VGV de R\$ 332 milhões. Os distratos representaram VGV de R\$ 50 milhões (139 unidades), desta forma, as vendas líquidas alcançaram R\$ 282 milhões, crescimento de 6% versus 2018. O Estoque encerrou o ano com 1.046 unidades e VGV de R\$ 527 milhões, 3% superior ao apresentado em 2018.

	2019	2018¹
Informações Operacionais		
Nº de Empreendimento Lançamentos	4	5
Unidades Lançadas	843	774
VGV lançado (R\$ milhões)	297,3	446,9
Vendas Líquida (R\$ milhões)	282,1	265,6
VSO Líquido (Venda Sobre Oferta)	35%	31%

¹ Considera os dados operacionais da Novolar, incorporada em setembro de 2019, para fins de comparabilidade operacional apenas.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais						
	Notas	Controladora		Consolidado		
		2019	2018	2019	2018	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.082	2.699	50.234	19.761	
Contas a receber de clientes	7	19.812	22.318	97.389	70.422	
Imóveis a comercializar	8	60.293	82.005	266.193	196.670	
Tributos a recuperar		1.733	742	5.430	1.271	
Despesas antecipadas		526	119	6.373	2.587	
Outras contas a receber		-	1.884	6.295	2.639	
Total do ativo circulante		<u>93.446</u>	<u>109.767</u>	<u>431.914</u>	<u>293.350</u>	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Aplicação financeira restritas	6	2.191	2.082	2.191	2.082	
Contas a receber de clientes	7	7.735	-	36.287	-	
Imóveis a comercializar	8	4.544	-	10.969	-	
Depósitos judiciais	18	284	362	2.592	1.849	
Partes relacionadas	9	14.401	19.042	27.537	14.703	
		<u>29.155</u>	<u>21.486</u>	<u>79.576</u>	<u>18.638</u>	
Investimentos	10	231.618	129.098	47.616	45.410	
Imobilizado	11	9.851	10.915	20.337	13.967	
Intangível	12	12.747	9.283	15.429	9.294	
Total do ativo não circulante		<u>283.371</u>	<u>170.782</u>	<u>162.958</u>	<u>87.309</u>	
Total do ativo		<u>376.817</u>	<u>280.549</u>	<u>594.872</u>	<u>380.659</u>	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	13	23.424	3.547	38.715	10.772	
Fornecedores	14	6.903	1.382	29.623	2.788	
Salários e encargos sociais		1.040	2.615	1.628	2.843	
Obrigações tributárias	15	2.048	1.557	8.166	5.071	
Obrigações por compra de imóveis	16	1.976	12.636	46.799	13.775	
Dividendos a pagar		38	-	38	-	
Adiantamentos de clientes	17	25.214	27.996	85.397	53.393	
Provisão para distrato		-	917	726	1.294	
Outras contas a pagar		573	416	5.534	5.077	
Total do passivo circulante		<u>61.216</u>	<u>51.066</u>	<u>216.626</u>	<u>95.013</u>	
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	13	27.304	35.488	32.014	35.488	
Obrigações por compra de imóveis	16	-	914	6.580	1.085	
Provisão para contingências	18	1.451	1.322	6.992	2.889	
Provisão para manutenção de imóveis	19	1.566	1.578	7.701	5.453	
Partes relacionadas	9	19.441	20.131	9.539	24.711	
Provisão para passivo a descoberto	10	1.279	3.661	3.056	2.759	
Total do passivo não circulante		<u>51.041</u>	<u>63.094</u>	<u>65.882</u>	<u>72.385</u>	
Total do Passivo		<u>112.257</u>	<u>114.160</u>	<u>282.508</u>	<u>167.398</u>	
Patrimônio líquido	20					
Capital social		281.602	179.032	281.602	179.032	
Reservas de capital		259	259	259	259	
Prejuízos acumulados		(17.301)	(12.902)	(17.301)	(12.902)	
		<u>264.560</u>	<u>166.389</u>	<u>264.560</u>	<u>166.389</u>	
Participação dos não controladores		-	-	47.804	46.872	
Total do patrimônio líquido		<u>264.560</u>	<u>166.389</u>	<u>312.364</u>	<u>213.261</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>376.817</u>	<u>280.549</u>	<u>594.872</u>	<u>380.659</u>	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais						
	Capital Social	Reserva de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	179.032	259	(10.948)	168.343	33.325	201.668
Efeito da adoção das novas normas nas investidas	-	-	(802)	(802)	-	(802)
Aportes (reversão) nas controladas por sócios não controladores	-	-	-	-	680	680
Lucros líquido do exercício	-	-	3.890	3.890	13.275	17.165
Lucro distribuído	-	-	(5.042)	(5.042)	(408)	(5.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	179.032	259	(12.902)	166.389	46.872	213.261
Incorporação de empresa ligada (Nota 20)	102.570	-	(10.374)	92.196	-	92.196
Aportes (reversão) nas controladas por sócios não controladores	-	-	-	-	(19.632)	(19.632)
Lucro líquido do exercício	-	-	5.975	5.975	20.564	26.539
Saldo em 31 de dezembro de 2019	281.602	259	(17.301)	264.560	47.804	312.364
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018
Fluxo das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	5.975	3.890	26.539	17.165
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	3.454	2.182	5.845	3.482
Provisão para manutenção de imóveis	(12)	721	1.452	(1.348)
Ajuste a valor presente sobre conta a receber	745	(1.191)	6.121	2.606
Provisão para perdas esperadas	-	1.105	2.294	1.105
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	1.427	1.298	3.795	2.102
Resultado de equivalência patrimonial	(14.369)	(18.526)	(2.034)	(4.545)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	2.819	1.323	3.310	6.567
Baixa de ativos imobilizados	588	851	596	1.274
Imposto de renda e contribuição social	694	506	4.561	3.609
	<u>1.321</u>	<u>(7.841)</u>	<u>52.479</u>	<u>32.017</u>
Variações no capital circulante				
Aumento (redução) dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(6.134)	14.124	(34.419)	82.673
Imóveis a comercializar	17.168	7.484	(6.060)	28.013
Tributos a recuperar	(991)	(160)	(2.741)	(339)
Outros ativos	1.715	(869)	(6.494)	(6.033)
Fornecedores	5.521	(3.088)	12.948	(5.270)
Salários e encargos sociais	(1.575)	(83)	(4.139)	(467)
Obrigações tributárias	(203)	(1.089)	(3.459)	(6.216)
Obrigações por compra de imóveis	(11.574)	1.600	25.853	2.910
Adiantamentos de clientes	(2.782)	(19.016)	18.334	6.248
Valores pagos por riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	(23)	(632)	(23)
Outros passivos	(13.646)	1.257	(14.935)	(1.197)
	<u>(12.501)</u>	<u>137</u>	<u>(15.744)</u>	<u>98.299</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(11.180)</u>	<u>(7.704)</u>	<u>36.735</u>	<u>130.316</u>
Fluxos das atividades de investimentos				
Movimentação de aplicações financeiras restritas	(109)	(128)	(109)	(128)
Aportes (retorno) de investimentos	21.237	24.708	125	10.293
Acevo líquido Incorporação RPMV	10	-	10	-
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(6.442)	(12.406)	(10.939)	(14.780)
Adiantamentos a empresas ligadas	(1.932)	(11.450)	30.667	(9.169)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de investimentos	<u>12.764</u>	<u>724</u>	<u>19.754</u>	<u>(13.784)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(5.192)	(2.867)	(5.192)
Aporte (distribuição) participação de não controladores, líquido	-	-	(19.632)	272
Captação de empréstimos e financiamentos	35.922	31.184	38.437	39.784
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	(29.123)	(18.732)	(41.954)	(148.754)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>6.799</u>	<u>7.260</u>	<u>(26.016)</u>	<u>(113.890)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>8.383</u>	<u>280</u>	<u>30.473</u>	<u>2.642</u>
Variação de caixa				
Caixa equivalente de caixa no início do exercício	2.699	2.419	19.761	17.119
Caixa equivalente de caixa no final do exercício	<u>11.082</u>	<u>2.699</u>	<u>50.234</u>	<u>19.761</u>
	<u>8.383</u>	<u>280</u>	<u>30.473</u>	<u>2.642</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018
Receitas:				
Receita das vendas e serviços	52.489	46.978	235.611	185.329
	<u>52.489</u>	<u>46.978</u>	<u>235.611</u>	<u>185.329</u>
Insuomos adquiridos de terceiros:				
Custo dos imóveis vendidos	(31.107)	(35.792)	(149.788)	(125.184)
Energia, serviços de terceiros e outros	(10.800)	(5.788)	(32.272)	(21.356)
	<u>(41.907)</u>	<u>(41.580)</u>	<u>(182.060)</u>	<u>(146.540)</u>
Valor adicionado bruto	<u>10.582</u>	<u>5.398</u>	<u>53.551</u>	<u>38.789</u>
Retenções:				
Depreciação e amortização	(3.454)	(2.182)	(5.845)	(3.482)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	7.128	3.216	47.706	35.307
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	14.369	18.526	2.034	4.545
Receitas financeiras	1.752	1.783	6.215	10.444
	<u>16.121</u>	<u>20.309</u>	<u>8.249</u>	<u>14.989</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>23.249</u>	<u>23.525</u>	<u>55.955</u>	<u>50.296</u>
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal	12.062	10.295	13.578	10.525
Remuneração	<u>12.062</u>	<u>10.295</u>	<u>13.578</u>	<u>10.525</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais / Estaduais / Municipais	1.502	1.887	9.433	8.113
	<u>1.502</u>	<u>1.887</u>	<u>9.433</u>	<u>8.113</u>
Remuneração de terceiros				
Despesas financeiras	3.710	2.080	6.405	8.712
Despesas de alugueis	-	334	-	334
	<u>3.710</u>	<u>2.414</u>	<u>6.405</u>	<u>9.046</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos	-	5.039	-	5.447
Lucro do exercício	5.975	3.890	5.975	3.890
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	20.564	13.275
	<u>5.975</u>	<u>8.929</u>	<u>26.539</u>	<u>22.612</u>
Valor adicionado distribuído	<u>23.249</u>	<u>23.525</u>	<u>55.955</u>	<u>50.296</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

de parcerias, permitir o acompanhamento individualizado dos empreendimentos, facilitar a obtenção de financiamentos à produção e o controle financeiro-contábil dos empreendimentos. A Companhia e suas controladas são denominadas, em conjunto, "Grupo". As SCPs e as SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e, na maioria dos casos, estão vinculadas a um empreendimento específico. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 5 de agosto de 2020.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards on Board (IASB)), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado com aquele manifestado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15), conforme descrito em detalhes na nota explicativa 2.19 As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2. Consolidação** - A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota explicativa 10. **(a) Controladas** - Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósitos específicos e sociedades em conta de participações) nas quais o Grupo tem o

EBITDA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação 31/12/2019 x 31/1
--	---	--	----------------------------

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.
(anteriormente denominada Patrimar Engenharia Ltda.)

CNPJ Nº 23.236.821/0001-27

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

risco insignificante de mudança de valor. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes estão representadas pelos créditos a receber (circulante e não circulante) provenientes das vendas de unidades imobiliárias residenciais concluídas ou a concluir. As contas a receber de clientes de unidades lançadas, porém não concluídas, são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustadas segundo as condições dos contratos de venda (atualização monetária), deduzindo-se as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como adiantamento de clientes, no passivo. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD). Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Se o prazo de recebimento do equivalente ao saldo de contas a receber é de um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, a parcela excedente está apresentada no ativo não circulante. **2.7. Provisão para distrato:** A Companhia efetua a provisão para distratos quando, em sua análise, são identificadas incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a Companhia. Estes ajustes vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a Companhia, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida. Os contratos são monitorados para verificar o momento em que essas condições sejam mitigadas. Enquanto isso não ocorrer, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado, ocorrendo os registros somente em contas patrimoniais. **2.8. Estoques (imóveis a comercializar):** (a) **Terrenos a incorporar:** Os estoques de terrenos são registrados pelo custo histórico de formação, que incluem todos os gastos correlacionados, diretamente vinculados e mensuráveis, inclusive operações de permuta calculadas pelo seu valor justo, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. Os terrenos podem ser adquiridos através de parcerias com os proprietários dos terrenos (permutas físicas e permutas financeiras). Permuta física: O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes, no momento da assinatura do instrumento particular ou quando as condições constantes nas cláusulas resolutivas do contrato forem satisfeitas. As receitas decorrentes de operações de permutas são apropriadas ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos. Permuta financeira: Nas permutas financeiras, o Grupo repassa aos vendedores do terreno uma porcentagem sobre o valor das vendas. Esse valor é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a contas a pagar, no momento da assinatura do instrumento particular, do contrato relacionado à referida transação ou quando as condições constantes nas cláusulas resolutivas do contrato forem satisfeitas. A mensuração do valor justo dos terrenos adquiridos através de permutas é definida em conexão com os compromissos contratuais assumidos e o custo orçado definido no estudo de viabilidade do empreendimento, cuja apuração do valor pode variar até o momento da definição do projeto a ser desenvolvido, o que se confirma usualmente com o registro de incorporação. Neste ato reconhece-se também o ônus na conta de adiantamento de cliente - permutas. Os estoques de terrenos a incorporar são classificados de acordo com a expectativa de lançamento do empreendimento. Caso o empreendimento, cujo terreno está atrelado, tenha expectativa de lançamento nos próximos 12 meses, o terreno é classificado no ativo circulante. Caso contrário, o terreno é classificado no ativo não circulante. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou estágio de andamento da mesma. (b) **Imóveis a comercializar:** Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende o custo de aquisição/permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda. Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. No caso de permutas por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao seu valor justo. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou estágio de andamento da mesma. Os terrenos são reclassificados para o ativo não circulante caso não exista projeto para utilização dos mesmos em lançamentos nos próximos 12 meses. **2.9. Investimentos:** Os investimentos decorrentes de participações societárias em controladas, controladas em conjunto e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas fiscais, que são semelhantes à vida útil estimada. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído, vendido ou transferido para outra unidade, é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Os gastos diretamente relacionados com a construção dos estandes de vendas e dos apartamentos-modelo (móveis e decoração) são tratados como ativo imobilizado e são depreciados de acordo com os respectivos prazos de vida útil estimada desses itens. A vida útil destes itens compreende normalmente o período de lançamento até o início da construção da obra, sendo que quando a vida útil estimada for inferior a 12 meses, os gastos são reconhecidos diretamente ao resultado como despesa de vendas. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.11. Intangível:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente pela Administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Nessa linha, caso o valor contábil de um ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, é reconhecida uma perda no resultado do período. Em linha com o CPC 01, a Administração avaliou os ativos sujeitos a avaliação de impairment e não identificou indícios internos e/ou externos que interfiram na recuperação desses ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. **2.13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras, exceto aqueles vinculados a ativos qualificados, incorridos durante o período de sua construção. Nesse caso, são apropriados ao respectivo ativo. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14. Contas a pagar aos fornecedores:** São obrigações a pagar por bens e serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. As contas a pagar aos fornecedores são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. **2.15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado e não pelo líquido. Os tributos diferidos são estimados com base na aplicação da alíquota estabelecida em lei sobre a diferença entre a receita contábil apurada e os recebimentos efetivos de caixa (regime fiscal, com base na Lei 1.435/13, que estabelece o Regime Especial de Tributação). A Companhia efetua a segregação destes tributos entre passivo circulante e não circulante em função da distribuição do contas a receber de imóveis vendidos entre ativo circulante e não circulante, tendo em vista que ao final dos recebimentos das unidades concluídas e não concluídas não haverá diferença entre critérios contábeis e fiscais. A Companhia e controladas apuram o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) com base no lucro real, lucro presumido ou regime especial de tributação (RET), conforme detalhado a seguir: • Lucro real - nesta sistemática, o IRPJ é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e a CSLL é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. • Lucro presumido - o resultado para fins de IRPJ e CSLL de cada entidade é calculado aplicando-se sobre a receita imobiliária recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL). • Regime especial de tributação (RET) - Adotado para certos empreendimentos da Companhia e de controladas. Conforme facultado pela Lei 12.024 de 27 de agosto de 2009, que alterou a Lei 10.931/2004 que instituiu o RET, foi feita a opção por submetê-los ao patrimônio de afetação e optar pelo RET. Para esses empreendimentos, o encargo consolidado referente ao IRPJ e a CSLL, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS, é calculado a alíquota global total de 4% sobre as receitas brutas recebidas, sendo 1,92% para IRPJ e CSLL e 2,08% para PIS e COFINS, para as receitas vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para unidades de até R\$100 a alíquota global total é de 1% sobre as receitas brutas recebidas, sendo 0,47% para IRPJ e CSLL e 0,53% para PIS e COFINS. **2.16. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.17. Capital social:** Está representado por ações ordinárias sem valor nominal, as quais estão todas totalmente subscritas e integralizadas. **2.18. Reservas legal e de lucros:** A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir o limite de 20% do capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. A utilização da reserva legal é restrita a compensação de prejuízos e ao aumento do capital social. **2.19. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos

distratos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. O Grupo reconhece a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: (a) **Receita de venda de imóveis:** Nas vendas de unidades não concluídas foram observados os procedimentos conforme o Ofício Circular/CVM/ SMC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). A partir da referida norma e levando também em consideração os procedimentos contábeis aplicáveis previstos pela Orientação OCP 01 (R1) - "Entidades de Incorporação Imobiliária", os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento de receita de vendas de unidades em construção: • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. • É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, resultando no montante da receita de venda reconhecida. • Os montantes das receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária do contas a receber com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), líquidos das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. • O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração indexada pelo INCC, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador (a partir da entrega das chaves, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária). A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo INCC é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, sendo sua taxa média nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 de 6% ao ano. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. Os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação são classificados como adiantamento de clientes. Após a entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária do contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e passa a incidir juros de 1% ao mês, apropriados de forma pro rata temporis. Nessa fase, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira usando o método da taxa efetiva de juros e não mais integra a base para determinação da receita de vendas. Nas vendas de unidades concluídas, a receita de venda dos bens é reconhecida no momento da "entrega das chaves", quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade são transferidos. (b) **Receita de serviços:** A Controladora presta serviços de administração de obra para controladas. A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita na proporção dos gastos incorridos no empreendimento imobiliário que está sendo administrado. (c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A partir do momento em que a unidade é concluída, sobre as contas a receber passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida de receita financeira. **2.20. Despesas com vendas:** As despesas com publicidade, propaganda, marketing, promoções e outras despesas de vendas não caracterizam custo de construção do imóvel e são reconhecidas e apropriadas ao resultado no momento em que ocorrem. As despesas com estandes de vendas e apartamentos-modelo, incluindo a sua construção, decoração e mobiliária, são reconhecidas como ativo imobilizado, desde que o prazo de vida útil estimado seja superior a 12 meses, e a sua depreciação é apropriada ao resultado como despesa de vendas durante a sua vida útil. As despesas com comissões pagas aos corretores relativos às vendas de unidades de cada empreendimento são apropriadas ao resultado observando-se o mesmo critério adotado para reconhecimento das receitas e custos das unidades vendidas. **2.21. Arrendamento:** O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas de 2018, não foram representadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo reavaliou todos os contratos vigentes, tanto já classificados como arrendamento pelo CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4, como os contratos de aluguel de diversos e prestação de serviços de sub-empregada com utilização de equipamento, aplicando o que está descrito no CPC 06(R2)/IFRS 16 para identificar, ou não, o componente de arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. (i) **Como arrendatário:** O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente do fluxo de pagamentos futuros (contratados e estimados), descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo para empréstimos de natureza similar, desconsiderando os empréstimos associativos e de apoio a produção, uma vez que as taxas dos mesmos, são exclusivas e incomparáveis, por sua natureza e gerações atreladas. Geralmente, o Grupo usa a taxa incremental sobre seus empréstimos de capital de giro, financiamento de equipamentos e veículos, acrescidos da taxa do indexador inflacionário acordado, como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e principalmente avaliando os empréstimos vigentes, mensurando o custo médio ponderado (juros anuais dividido pelo saldo devedor principal), adicionando a estimativa inflacionária, fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo nominal da arrendatária aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 9,76% a.a. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, no qual o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início (e que não tenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório e equipamentos de informática, considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente, quando há estimativa razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para o arrendamento da sua sede, os fatores a seguir listados foram considerados para determinar o prazo de arrendamento para 60 meses, extrapolando o contrato jurídico que era de 42 meses. • A Companhia está em processo de captação de novos recursos, que podem ampliar significativamente sua capacidade produtiva, consequentemente ampliando a necessidade de deter maiores instalações. • Valor das benfeitorias realizadas nas instalações e expectativa de retorno no valor aplicado. • Tempo que a Companhia permaneceu e utilizou as sedes anteriores. • Localidade da sede próxima a vários empreendimentos que a Companhia executa. • A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos mobiliários e máquinas e equipamentos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios. (ii) **Como arrendador:** Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não detém nenhum contrato de arrendamento como arrendador, sublocador ou afins. Compreendendo que em situações futuras surja a figura jurídica de arrendamento, para os quais o Grupo seda/transfira a capacidade de gerar fluxo financeiro de um ativo a outrem, mediante acordo formal e contraprestações monetárias, sem transferir substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo, classificá-los como arrendamento operacional contabilizando a receita pelo método linear, durante o período do arrendamento. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **2.22. Adoção de novos pronunciamentos contábeis:** As seguintes alterações de normas e interpretações entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: (i) O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: • uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares; • utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos; • contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo; • exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e • utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas e estão explicitados abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativos de direito de uso – intangível – adoção inicial	2.375	5.063
Amortização direito de uso arrendamento no exercício	(475)	(1.039)
Em 31 de dezembro de 2019	1.900	4.024
Passivo de Arrendamento – adoção inicial	2.375	5.063
Pagamento de arrendamento no exercício	(162)	(330)
Encargos financeiros pagos no exercício	(188)	(387)
Em 31 de dezembro de 2019	2.025	4.346

(ii) IFRIC 23 / ICP 22 – "Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda", o Grupo aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que o Grupo atua em um ambiente, norteado por um sistema de tributação especial (RET), a administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há o que se falar de posições fiscais incertas, tal como, impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. **2.23. Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício em questão, até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações

novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. (i) **Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS:** Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram: (a) aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros; (b) restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade; (c) definição de entidade; (d) revisão das definições de ativo e passivo; (e) remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento; (f) inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e (g) afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras. (ii) **Alterações no CPC 15/IFRS 3, "Business Combinations"** - Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquire um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos. (iii) **Alterações no CPC 26/IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e CPC 23/IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"** - Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (i) **Custos orçados:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados do Grupo quando determinados. (ii) **Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção:** A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que o Grupo estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos. A receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelo valor justo da receita das vendas já contratadas. Dessa forma, a receita é reconhecida continuamente ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária. Essa determinação requer uma estimativa e um julgamento significativo por parte da administração. (iii) **Provisão para contingências:** As provisões, incluindo as provisões para riscos civis, trabalhistas e tributários, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. (iv) **Provisão para distrato:** A provisão para distrato é baseada em premissas que consideram o histórico e as perspectivas de perdas esperadas e fundamentada na análise dos contratos de venda individualmente. Tais premissas são revisadas anualmente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos. (v) **Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. (vi) **Provisão para manutenção de imóveis:** Provisão constituída durante a construção para cobrir gastos com reparos em empreendimentos concluídos e cobertos pelo período médio de garantia de cinco anos, contados a partir da data da entrega. Considera-se imóveis concluídos, os imóveis cujo habite-se já tenha sido expedido e averbado.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro - As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. O instrumento de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela alta gestão. Estas políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (a) **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, provenientes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, bem como os depósitos em bancos e outras instituições financeiras. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas e externas de acordo com os limites aprovados pela Administração. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela tesouraria e o risco de crédito é administrado corporativamente. Para aplicações em bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "Bom" na avaliação interna da companhia e com risco mínimo de exposição de mercado. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o risco de perdas no caso de potencial falência de uma contraparte. **Qualidade dos créditos dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o Grupo detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' com bancos e instituições financeiras que possuem rating satisfatório, baseado na classificação interna e externa. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa tem baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes e as respectivas análises internas.

Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Unidades Concluídas (Nota 7)				
Com garantia real	13.404	844	64.201	45.090
Sem garantia real	-	-	5.714	-
	13.404	844	69.915	45.090

Unidades não concluídas (Nota 7)				
Com garantia real	18.021	27.470	88.116	35.863
	31.425	28.314	158.031	80.953

Em 2019 e 2018, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. (b) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir e maximizar a gestão para que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas aceitáveis que tragam risco de prejudicar a reputação do Grupo. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria central do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha em caixa um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 30 dias. Os fluxos de caixa a valor presente dos passivos financeiros com base na data aproximada de quitação das respectivas obrigações estão assim explicitados:

	Controladora				
	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	23.424	11.502	10.693	5.109	50.728
Fornecedores (Nota 14)	6.903	-	-	-	6.903
Obrigações por compras de imóveis (Nota 16)	1.976	-	-	-	1.976
	32.303	11.502	10.693	5.109	60.607
	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	38.715	12.997	12.188	6.829	70.729
Fornecedores (Nota 14)	29.623	-	-	-	29.623
Obrigações por compras de imóveis (Nota 16)	46.799	6.580	-	-	53.379
	115.137	19.577	12.188	6.829	153.731
	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.547	5.470	4.233	25.785	39.035
Fornecedores (Nota 14)	1.382	-	-	-	1.382
Obrigações por compras de imóveis (Nota 16)	12.636	914	-	-	13.550
	17.565	6.384	4.233	25.785	53.967
	2019	2020	2021	2022 em diante	Total

Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	10.772	5.470	4.233	25.785	46.260
Fornecedores (Nota 14)	2.788	-	-	-	2.788
Obrigações por compras de imóveis (Nota 16)	13.775	1.085	-	-	14.860

O Grupo apresenta ativos financeiros (essencialmente representados por caixa, equivalentes de caixa, e clientes por incorporação de imóveis) que considera suficientes para honrar seus compromissos decorrentes de suas atividades operacionais. (c) **Risco de mercado:** O Grupo dedica-se principalmente à incorporação, construção e venda de empreendimentos imobiliários. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.
(anteriormente denominada Patrimar Engenharia Ltda.)

CNPJ Nº 23.236.821/0001-27

Página 3/6

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Indicadores	Indexador	Taxa	Cenário Base	Cenário I Provável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)	Taxa	31/12/2019	Cenário I Provável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativo											
Aplicações financeiras	CDI	3,15%	11.426	359	270	180	3%	33.429	1.052	789	526
Passivo											
Empréstimos para Capital de Giro (Em Reais – R\$)	CDI	3,15%	22.058	694	520	347	3%	26.056	820	615	410

Para a operação de swap e empréstimo em dólar (USD), consideramos um acréscimo na variação cambial do dólar de 25% e de 50%:

Indicadores	Indexador	Cotação	Cenário Base	Cenário I Provável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)	Taxa	31/12/2019	Cenário I Provável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativo											
Swap	USD	5,75	2.374	13.653	17.066	20.480	-	13.653	13.653	17.066	20.480
Passivo											
Empréstimos para Capital de Giro (Em Dólares Americanos – USD)	USD	5,75	2.488	(14.304)	(17.880)	(21.455)	-	(14.304)	(14.304)	(17.880)	(21.455)
Efeito líquido no resultado				(651)	(814)	(975)	-	(651)	(651)	(814)	(975)

4.2 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, integralizar novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	50.728	39.035	70.729	46.260
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(11.082)	(2.699)	(50.234)	(19.761)
Dívida líquida	39.646	36.336	20.495	26.499
Total do patrimônio líquido	264.506	166.389	312.364	213.261
Total do capital	304.206	202.725	332.859	239.760

Índice de alavancagem financeira - %

13% 18% 6% 11%

4.3 Estimativa do valor justo: O Grupo adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros, o qual é estimado com base em premissas utilizadas pelos participantes do mercado para mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. Os ativos financeiros do Grupo mensurados a valor justo, todos por meio do resultado, são os instrumentos financeiros derivativos de SWAP (nota explicativa 13), os quais são mensurados pelo nível 2. O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2. O Grupo não possui ativos financeiros mensurados pelo Nível 1 e 3.

5 Instrumentos financeiros por natureza

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e bancos (Nota 6)	1.847	2.543	18.996	5.184
Aplicações financeiras - alta liquidez (Nota 6)	9.235	156	31.238	14.577
Aplicações financeiras - restritas (Nota 6)	2.191	2.082	2.191	2.082
Contas a receber de clientes (Nota 7)	27.547	22.318	133.676	70.422
Depósitos judiciais (Nota 18)	284	362	2.592	1.849
Partes relacionadas (Nota 9)	14.401	19.042	27.537	14.707
	55.505	46.503	216.230	108.821

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	50.232	39.035	70.233	46.260
Fornecedores a pagar (Nota 14)	6.903	1.382	29.623	2.788
Obrigações por compra de imóveis (Nota 16)	1.976	13.550	53.379	14.860
Partes relacionadas (Nota 9)	19.441	20.131	9.539	24.711

Mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Instrumento Financeiro SWAP (Nota 13)	496	-	496	-
	79.048	74.098	163.270	88.619

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	40	44	68	47
Bancos	1.807	2.499	18.928	5.137
Aplicações financeiras - alta liquidez	9.235	156	31.238	14.577
	11.082	2.699	50.234	19.761

As aplicações financeiras têm rendimentos atrelados aos depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e possuem rendimentos entre 95% e 108% do CDI (entre 95% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

Aplicações financeiras restritas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras - restritas não circulante	2.191	2.082	2.191	2.082
	2.191	2.082	2.191	2.082

As aplicações financeiras restritas da Companhia correspondem à garantia de financiamento para compra de terreno e estão aplicadas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com resgate superior a um ano. Os saldos têm rendimento atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração de 108% do CDI (108% do CDI em 31 de dezembro de 2018), conforme natureza e prazo do instrumento.

7 Contas a receber de clientes

Clientes por incorporação de imóveis	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Unidades concluídas	13.404	844	69.915	45.090
Unidades não concluídas	18.021	27.470	88.116	35.863
	31.425	28.314	158.031	80.953
Provisão para distrato	-	(3.593)	(7.828)	(4.259)
Provisão para perdas	(2.161)	(1.431)	(3.725)	(1.431)
Ajustes a valor presente	(1.717)	(972)	(12.802)	(4.841)
	(3.878)	(5.996)	(24.355)	(10.531)
	27.547	22.318	133.676	70.422

Ativo Circulante 19.812 22.318 97.389 70.422
Não Circulante 7.735 - 36.287 -

Em decorrência dos critérios de reconhecimento de receita mencionados na nota explicativa 2.18, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está integralmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. As contas a receber de venda de imóveis estão substancialmente atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves. Após a entrega das chaves são atualizadas pelo Índice Geral de Preços do mercado - IGPM e há incidência de uma média de juros de 12% ao ano. Como informação adicional, demonstramos a seguir os saldos integrais ainda não refletidos nas informações financeiras: **Abertura de vencimento do contas a receber de clientes por incorporação:** Abaixo está apresentado o contas a receber controlado pelo setor financeiro da Companhia, relativo ao fluxo total de recebimento das unidades imobiliárias vendidas que consideram as receitas a serem reconhecidas contabilmente, enquanto o saldo contábil está registrado limitado ao percentual de conclusão das respectivas obras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer até 1 ano	24.037	23.093	134.150	77.909
A vencer de 1 a 2 anos	10.138	9.336	115.125	47.634
A vencer de 2 a 3 anos	21.140	8.415	56.854	58.918
A vencer de 3 a 4 anos	-	8	89.726	453
A vencer acima de 4 anos	-	60	465	68
	55.315	40.912	396.320	184.982
Vencido até 1 ano	3.004	2.826	29.980	18.232
Vencido entre 1 e 2 anos	66	-	3.072	978
Vencido entre 2 e 3 anos	-	-	1.438	84
Vencido entre 3 e 4 anos	-	-	95	366
Vencido acima de 4 anos	2.161	1.431	3.078	2.498
	5.231	4.257	37.663	22.158
	60.546	45.169	433.983	207.140
Contas a receber contábil (Nota 7)	27.547	22.318	133.676	70.422
Recetas a apropriar (Nota 27)	33.613	24.130	326.030	157.615
Adiantamento de clientes (Nota 17)	(4.492)	(7.275)	(50.078)	(31.428)
Provisão para distratos/perdas	2.161	5.024	11.553	5.690
Atualização a valor presente	1.717	972	12.802	4.841
	60.546	45.169	433.983	207.140

8 Imóveis a comercializar

Esta rubrica inclui apartamentos a serem vendidos, concluídos e em construção, além de terrenos para futuras incorporações. O terreno de um empreendimento é transferido para a conta de "Imóveis em construção" no momento em que as vendas do empreendimento são iniciadas.

Estoque de terrenos Imóveis em construção	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Acqua Galleria	35.922	42.326	76.092	42.326
Antônio De Albuquerque Spe Ltda (Epic)	24.520	25.945	146.723	78.713
Apia	-	-	10.369	-
Avignon	3.904	8.231	8.233	-
Ed Duo - Alameda Do Morro	-	-	28.293	-
Inovatto	-	-	5.092	-
Jardim Das Mangabeiras	-	-	54.577	33.931
Jardinares	-	-	7.163	3.301
Manhattan Square	-	-	-	571
Mirafloja	-	-	9.751	-
Olga Chiari	-	-	-	959
Quintas Do Morro	-	-	6.637	-
Saint Tropez	20.616	13.797	20.616	13.795
Spe Axis (Porto Fino)	-	-	2.755	-
Union Square	-	122	-	122
Villaggio Verona	-	-	1.601	-
Villaggio Gutierrez	-	3.601	-	3.601
Outros	-	194	-	194
Imóveis concluídos	4.395	10.352	48.788	71.252
Acqua Galleria	-	-	8.802	31.970
Bernardo Vasconcelos (Brooklyn)	-	-	1.846	-
Holiday Inn	-	-	5.575	6.658
Manhattan Square	-	-	5.921	11.677
Maura Valadares	-	-	60	60
Mayfair Offices	-	-	160	160
Mia Felicitia	-	-	1.360	-
Olga Chiari	-	-	7.084	10.375
Palo Alto	-	-	1.829	-
Park Residence	-	-	2.997	-
Quintas Do Morro	-	-	3.637	-
Ruth Silveira	-	-	1.874	-
The Plaza	3.702	3.702	3.702	3.702
Union Square	-	3.404	-	3.404
Villaggio Gutierrez	-	2.553	-	2.553
Villaggio Ventura	-	-	94	-
Imóveis avulsos	693	693	3.847	693
Provisão para distratos	-	3.382	5.559	4.379
Ativo circulante	64.837	82.005	277.162	196.670
Ativo não circulante	60.293	82.005	266.193	196.670
	4.544	-	10.969	-

(a) Juros capitalizados: Os juros incorridos referentes aos financiamentos à produção estão contabilizados nas rubricas de imóveis em construção e os mesmos são apropriados ao resultado no momento das vendas. A taxa utilizada para a capitalização dos juros é específica de cada um dos empreendimentos imobiliários, que varia entre 7% e 10,8% a.a. (8,8 e 10,8% a.a. em 31 de dezembro de 2018). O montante de juros capitalizados na rubrica de imóveis a comercializar no Consolidado é de R\$ 3.851 em 31 de dezembro de 2019 (Controladora – R\$ 770 mil). Em 31 de dezembro de 2018 este montante era de R\$ 11.612 no Consolidado (Controladora - R\$ 599 mil).

9 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(a) Mútuos a receber	3.359	10.348	3.372	10.422
Construtora Real	-	8.506	-	8.506
PRMV S.A.	3.359	1.842	3.359	1.842
Somattos Engenharia e Comercio LTDA	-	-	-	74

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(b) Crédito com empreendimentos	11.045	8.694	24.165	4.285
Patrimar Somattos Gasparini	4.662	89	4.396	89
Jardinares Empreendimentos Imobiliarios Spe	-	1.522	333	-
Saint Tropez	1.301	-	1.319	-
Acaba Mundo	-	-	840	-
Villaggio Gutierrez	844	-	852	-
Bernardo Vasconcelos Empr Imob Spe	671	168	671	168
Ed Duo - Alameda Do Morro	562	415	562	415
Union Square	470	-	920	-
Spe Axis 1 Empreendimento Imobiliario	449	-	513	-
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliarios S.A.	364	119	364	119
Jardim Das Mangabeiras	246	2.127	2.127	1.217
Park Residences	234	-	234	-
Palo Alto	221	-	994	-
Ruth Silveira	193	104	461	104
Mia Felicitia	178	-	1.633	-
Quintas Do Morro	158	-	173	-
Direcional Patrimar Maragogi Empr Imob	124	1.731	127	1.734
Spe Mirafloja Incorporadora E Construtora	38	-	38	-
Jota Patrimar Engenfor Empr Imob Spe	34	-	42	-
Campo Grande	33	-	69	-
Tavares Bastos	30	-	26	-
Gioia Dell Colle	28	-	28	-
Safira	26	-	26	-
Jornalista Oswaldo Nobre	26	-	26	-
Danilo Ambrosio	21	-	21	-
Residencial Inovatto	20	-	-	-
Vila Carioca (Ambev)	20	-	302	-
Joao XXIII	20	-	53	-
Mayfair Offices	18	-	18	-
Rpmv Participações S.A.	17	-	686	-
The Plaza	12	-	22	-
Villaggio Novita	11	-	125	-
Villaggio Verona	7	-	983	-
Campo Grande - Campinas	4	-	6	-
Mrv Patrimar Galleria Incorp Spe	-	1.982	8	3
Mrv Mri Novolar Ii Incorporacoes Spe	-	436	1.854	436
Residencial Estoril	-	-	1.217	-
Manhattan Square	-	-	836	-
Aporuna I	-	-	268	-
Outros empreendimentos	-	1	992	-
	14.401	19.042	27.537	14.707

	Controladora	
--	--------------	--

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.
(anteriormente denominada Patrimar Engenharia Ltda.)

CNPJ Nº 23.236.821/0001-27

Página 4/6

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Ativo circu- lante	Ativo não cir- culante	Passivo circu- lante	Passivo não cir- culante	Patri- mônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
Controladas							
Construtora Novolar	40.404	105.968	26.514	19.239	100.619	64.576	(7.896)
Alamo Patrimar Incorp. Imob. Ltda.	1	14	14	-	1	-	(4)
SPE Patrimar Engenfor Imóveis Ltda.	437	22	158	115	186	96	(380)
SPE Maura Valadares	82	246	3	209	116	(7)	(96)
SPE Engenfor Patrimar V.S. E. Imob Ltda.	57	5	260	86	(284)	8	(158)
SCP Professor Danilo Ambrósio	9	-	9	13	(13)	-	(21)
SCP Jornalista Oswaldo Nobre	14	1	13	218	(216)	-	(7)
SCP Gioia dell Colle	3	7	4	26	(20)	-	(29)
SCP Olga Chiari	10.469	4.044	(88)	347	14.254	6.413	1.620
SCP Manhattan Square	8.394	3.180	1.095	1.290	9.189	6.907	(1.767)
SCP Priorato Residences	989	794	103	2	1.677	62	22
SCP Holiday Inn	16.050	9.671	1.174	476	24.072	144	105
SCP Mayfair Offices	175	38	3	16	193	-	(18)
SCP Quintas do Morro	4.244	15	294	704	3.261	41	(442)
SCP Neuchatel	607	108	137	59	519	(1)	(162)
SPE MRV Galleria	25.211	22.915	2.523	25.067	20.536	53.823	13.666
SPE Jardineves	5.694	100	2.998	2.437	360	-	(164)
SPE Jota Patrimar Engenfor	79	344	1.034	109	(720)	-	(104)
SPE Colina Engenfor Patrimar E. Imob Ltda.	179	48	228	1	(2)	-	(174)
SPE Patrimar Somattos Jardim das Mangabeiras	80.777	22.505	40.799	18.250	44.233	51.137	16.102
Antônio de Albuquerque SPE LTDA (EPIC)	22.613	0	12.958	8	9.646	38.272	9.596
ED. DUO - Alameda do Morro	40.470	1.407	36.416	162	5.300	14.109	1.866
	256.958	171.432	126.649	68.834	232.907	235.580	31.545

Controladas em conjunto							
SCP RJ 04	725	151	109	3	764	-	(802)
SPE Mirante do Ibituruna Ltda.	8.022	7	1	0	8.027	-	(6)
SCP Portal do Bosque	33	185	14	22	181	-	(70)
SCP Park Ritz	1.097	28	86	70	970	-	(69)
SCP Recanto das Águas	127	169	4	3	289	-	(47)
SCP MRV Belo Campo	152	37	62	81	46	(283)	(680)
SCP MRV Rec. Pássaros (Rouxinol)	537	213	15	257	478	(350)	(828)
SCP MRV Res. Beija Flor	378	118	147	328	21	(261)	(348)
SPE Padre Marinho	47.473	0	20.444	13.440	13.589	6.127	6.362
SCP Rivoli 1 e 2	224	145	81	209	79	(273)	(365)
SPE Acaba Mundo E. Imob Ltda.	1.631	-	10	-	1.621	-	-
SPE MRV Patrimar RJ Ix Ltda. (Andorinhas) 1 e 2	158	353	31	25	455	44	45
SPE Barbacena Empr Imobiliários S/A	55.652	73	3.460	443	51.822	18.999	(1.172)
SPE Patrimar Somattos Gasparini Ltda.	18.180	18	415	1.545	16.238	3.727	3.210
Ponctuel	3	81	-	-	84	-	(6)
SPE Direcional Patrimar Maragogi Ltda.	72	10	65	-	17	(12)	12
	134.464	1.588	24.944	16.426	94.681	27.718	5.236

Coligadas							
SCP Safira (Decaminada 10)	24	141	271	608	(714)	-	(942)
SCP João XXIII	24	61	122	104	(140)	-	(355)
SCP Naples	27	-	3	-	23	-	(2)
SCP Palo Alto	3.351	126	889	512	2.076	1.411	477
SCP Park Residences	4.885	398	797	586	3.900	7.128	1.271
SCP Silva Lobo	345	248	22	-	571	19	16
SCP Tavares Bastos	34	-	36	4	(5)	-	(84)
SPE Axis I - Porto Fino	17.948	1.698	12.686	543	6.417	21.390	4.120
SPE Novo Lar Greenport	14	4	184	418	(584)	-	(37)
	26.652	2.676	15.010	2.775	11.544	29.948	4.464
	418.074	175.696	166.603	88.035	339.132	293.246	41.245

(d) Os saldos totais em 31 de dezembro de 2018 das contas patrimoniais, receita líquida e lucro líquido das sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas, considerados nas demonstrações financeiras podem ser assim demonstrados:

Empresas	Ativo circulante	Ativo não cir- culante	Passivo circu- lante	Passivo não cir- culante	Patri- mônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018
Controladas							
Alamo Patrimar Incorp. Imob. Ltda.	3	14	16	-	1	-	6
SPE Patrimar Engenfor Imóveis Ltda.	893	13	130	-	776	(3)	(416)
SPE Maura Valadares	95	243	3	149	186	-	(50)
SPE Engenfor Patrimar V.S. E. Imob Ltda.	25	25	260	168	(378)	(97)	(402)
SCP Professor Danilo Ambrósio	8	-	1	-	7	-	33
SCP Jornalista Oswaldo Nobre	9	-	4	247	(242)	-	(57)
SCP Gioia dell Colle	2	7	-	-	9	-	31
SCP Olga Chiari	14.416	1.750	279	249	15.638	15.213	3.314
SCP Manhattan Square	16.274	2.155	9.499	718	8.212	(250)	(3.994)
SCP Priorato Residences	901	1.077	80	40	1.858	(2)	(38)
SCP Holiday Inn	15.497	11.416	1.033	559	25.321	(29)	943
SCP Mayfair Offices	174	38	1	-	211	-	171
SCP Quintas do Morro	4.950	-	834	-	4.116	2.244	1.118
SCP MG 02 Chopin	-	-	-	-	-	-	(2)
SCP Neuchatel	546	-	27	88	431	156	(107)
SPE MRV Galleria	63.061	7.338	21.656	2.663	46.080	59.283	10.768
SPE Jardineves	3.721	50	3.249	-	522	-	(38)
SPE Jota Patrimar Engenfor	2.311	303	3.475	377	(1.238)	(16)	(391)
SPE Patrimar Somattos Jardim das Mangabeiras	53.392	7.277	19.218	13.303	28.148	58.997	16.844
	176.278	31.706	59.765	18.561	129.658	135.496	27.733

Controladas em conjunto							
SCP RJ 04	1.059	-	55	-	1.004	(1)	(966)
SPE Mirante do Ibituruna Ltda.	8.021	6	-	-	8.027	-	(3)
SCP Portal do Bosque	153	-	101	-	52	-	(260)
SCP Park Ritz	1.118	6	85	139	900	15	(165)
SCP Recanto das Águas	275	-	7	150	118	2	(192)
SCP MRV Belo Campo	115	45	76	52	32	9	(468)
SCP MRV Rec. Pássaros (Rouxinol)	751	113	47	249	568	85	(748)
SCP MRV Res. Beija Flor	576	76	306	396	(50)	175	(690)
SPE Padre Marinho	35.928	-	1.709	26.992	7.227	11.085	2.014
SCP Rivoli 2	224	103	110	57	160	11	(335)
SPE Acaba Mundo E. Imob Ltda.	1.631	-	1	-	1.630	-	(6)
SPE MRV Patrimar RJ Ix Ltda.							
(Andorinhas) 1	333	259	39	50	503	(5)	180
SPE Colina Engenfor Patrimar E. Imob Ltda.	236	18	150	-	104	982	(630)
SPE Barbacena Empr Imobiliários S/A	80.614	57	7.318	23.885	49.466	-	3.478
SPE Patrimar Somattos Gasparini Ltda.	21.659	18	456	1.543	19.678	8.081	7.000
Ponctuel	90	-	-	-	90	-	1.946
SPE Direcional Patrimar Maragogi Ltda.	169	65	3.761	39	(3.564)	-	(542)
	152.952	766	14.221	53.552	85.945	20.439	9.613

Coligadas							
SCP Safira (Decaminada 10)	28	-	42	40	(54)	-	(5.096)
SCP João XXIII	21	-	53	22	(54)	-	50
SCP Naples	11	-	1	-	10	(20)	(30)
SCP Palo Alto	3.675	327	502	60	3.440	4.150	580
SCP Park Residences	10.540	722	871	221	10.170	6.636	1.210
SCP Silva Lobo	354	298	25	-	627	(1)	67
SCP Tavares Bastos	37	-	5	-	32	705	(152)
SPE Novo Lar Greenport	13	-	180	383	(550)	(8)	25
SPE Campo Grande	59	-	41	36	(18)	24	(290)
SPE Axis Porto Fino	21.672	4.280	1.816	18.235	5.901	28.626	7.270
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-
	36.410	5.627	3.536	18.997	19.504	40.112	3.634
	365.640	38.099	77.522	91.110	235.107	196.047	40.980

(e) A composição dos investimentos do Consolidado no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 está assim apresentada:

Empresas	Participa- ção - %	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência do Resultado do exercício	Investimento e passivo a descoberto
	2019	2018	2019	2019	2019
Controladas em conjunto – Direta					
SCP RJ 04	50%	50%	(1.276)	764	(638)
SPE Mirante do Ibituruna Ltda.	34%	34%	(6)	8.027	(2)
SCP Portal do Bosque	50%	50%	(68)	181	(35)
SCP Park Ritz	48%	48%	(69)	970	(33)
SCP Recanto das Águas	51%	51%	(47)	289	(24)
SCP MRV Belo Campo	50%	50%	(680)	46	(340)
SCP MRV Rec. Pássaros (Rouxinol)	40%	40%	(828)	478	(331)
SCP MRV Res. Beija Flor	40%	40%	(348)	21	(139)
SPE Padre Marinho	50%	50%	6.362	13.589	3.181
SCP Rivoli 1 e 2	40%	40%	(1.108)	79	(443)
SPE Acaba Mundo E. Imob Ltda.	50%	50%	-	1.621	-
SPE MRV Patrimar RJ Ix Ltda					
(Andorinhas) 1 e 2	40%	40%	45	455	18
SPE Barbacena Empr Imobiliários S/A	50%	50%	(1.172)	51.822	(586)
SPE Patrimar Somattos Gasparini Ltda.	50%	50%	3.210	16.238	1.605
Ponctuel	50%	50%	(6)	84	(3)
SPE Direcional Patrimar Maragogi Ltda.	45%	45%	21	17	(5)
			4.030	94.681	2.225
					45.968

Coligadas							
SCP Safira (Decaminada 10) (i)	24%	24%	(668)	(714)	(165)	-	-
SCP João XXIII (i)	24%	24%	(238)	(140)	(57)	-	-
SCP Naples (i)	20%	20%	-	23	-	-	-
SCP Palo Alto (i)	10%	10%	540	2.076	54	-	-
SCP Park Residences (i)	10%	10%	2.100	3.900	211	-	-
SCP Silva Lobo (i)	15%	15%	13	571	2	-	-
SCP Tavares Bastos (i)	25%	25%	(76)	(5)	(19)	-	-
SPE Novo Lar Greenport (i)	20%	20%	(435)	(584)	(87)	-	-
SPE Manchete	40%	40%	(2.798)	(2.350)	(170)	(940)	-
SCP Pacuare	50%	50%	-	(824)	12	(412)	-
SCP Park Rossete	51%	51%	24	2.127	6	1.085	-
SCP Parque Araras	50%	50%	12	48	10	24	-
SCP Bem te vi	50%	50%	20	136	(9)	68	-
SCP Parque das Gaivotas	50%	50%	(18)	86	(2)	43	-
SPE Parque Sabia	50%	50%	(4)	60	175	30	-
SCP Realiti e Renovare	50%	50%	350	272	-	136	-
SCP Recanto do Tingui	35%	35%	-	(186)	(9)	(65)	-
SCP Riviera da Costa e Sol	48%	48%	(19)	502	-	241	-
SCP Riversul	35%	35%	-	51	-	18	-
SCP Recreio do Bandeirantes	35%	35%	-	(706)	(204)	(247)	-
SCP Recreio Pontal	35%	35%	(583)	(2.806)	-	(982)	-
SCP MRV MRL Novolar X	40%	40%	-	-	-	-	-
SPE High Line	50%	50%	-	(500)	-	(252)	-
SPE Axis I – Porto Fino	10%	10%	-	-	433	-	-
SCP Campo Grande	40%	40%	(9)	-	-	-	-
Outros Investimentos							
			(1.789)	1.037	(191)	(1.408)	-
			2.241	95.718	2.034	44.560	-

(i) As respectivas investidas eram controladas pela Novolar, empresa a qual passou a ser controlada pela Patrimar em 30 de setembro de 2019. Desta forma, tais investimentos se tornaram controladas indiretas da Patrimar e passaram a ser eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo efeito somente da equivalência patrimonial do período de janeiro a setembro de 2019.

A composição do imobilizado no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 está assim apresentada:

	Controladora					Consolidado					
	Saldo 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 2019	Saldo 2018	Adições	Incorporação (i)	Baixas	Transferências	Saldo 2019
Custo											
Benfeitorias	6.782	-	-	(46)	6.736	6.782	-	-	-	(46)	6.736
Máquinas e Equipamentos	3.469	-	-	254	3.723	3.890	-	568	-	(168)	4.290
Veículos	1.609	-	(348)	(254)	1.007	1.934	-	-	(348)	(579)	1.007
Móveis e Utensílios	1.958	-	-	-	1.958	2.117	-	-	-	-	1.958
Stand de Vendas e Apartamento Decorado	2.379	-	(650)	(804)	925	12.862	-	3.854	(1.547)	(2.570)	12.599
Equipamentos de Informática	78	113	-	-	191	244	120	23	-	(167)	220
Imobilizado em Andamento	-	1.638	-	11	1.649	-	3.393	987	-	(4.380)	-
Terrenos	-	-	-	46	46	-	-	-	-	46	-
Aeronaves	-	-	-	-	-	-	-	3.097	-	-	3.097
Equipamentos Telefônicos	-	-	-	-	-	157	-	-	-	(157)	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	906	-	-	-	(906)	-
Total do Custo	16.275	1.751	(998)	(793)	16.235	28.892	3.513	8.529	(1.895)	(9.086)	29.953
Depreciação											
Depreciação – Benfeitorias	(1.346)	(1.324)	-	-	(2.670)	(1.347)	(1.324)	-	-	5	(2.666)
Depreciação – Máquinas e Equipamentos	(1.858)	(368)	-	(254)	(2.480)	(2.279)	(695)	(41)	-	171	(2.844)
Depreciação – Veículos	(1.064)	(142)	348	255	(603)	(1.388)	(142)	-	348	579	(603)
Depreciação – Móveis e Utensílios	(184)	(206)	-	-	(390)	(344)	(206)	-	-	159	(391)
Depreciação – Stand de Vendas e Apto Decorado	(851)	(170)	62	792	(167)	(8.281)	(1.553)	(935)	963	6.942	(2.864)
Depreciação – Equipamentos de Informática	(57)	(17)	-	-	(74)	(223)	(19)	(1)	-	167	(76)
Depreciação – Aeronaves	-	-	-	-	-	-	(26)	(146)	-	-	(172)
Depreciação – Equipamentos Telefônicos	-	-	-	-	-	(158)	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	(905)	-	-	-	905	-
Total da depreciação	(5.360)	(2.227)	410	793	(6.384)	(14.925)	(3.965)	(1.123)	1.311	9.086	(9.616)
Total do Imobilizado Líquido	10.915	(476)	(588)	-	9.851	13.967	(452)	7.406	(584)	-	20.337

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.
(anteriormente denominada Patrimar Engenharia Ltda.)
CNPJ Nº 23.236.821/0001-27

Página 5/6

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo é parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas e discute essas questões nas esferas administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. **Contingências possíveis:** O Grupo está envolvido em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível nos montantes aproximados de R\$2.188 para processos trabalhistas, R\$34.403 para processos tributários e R\$7.588 para processos cíveis, totalizando R\$ 44.179 (R\$41.516 em 31 de dezembro de 2018). Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para eventualmente fazer face ao eventual desfecho desfavorável dos mesmos. A contingência mais representativa, dentre o montante de contingências possíveis é referente à "permuta física" de terrenos. Como parte do processo de compra e venda de imóveis, a Companhia adquire terrenos a serem incorporados por meio da modalidade de "permuta física". Em 4 de setembro de 2014, a Secretaria da Receita Federal editou o Parecer Normativo Cosit N°9, que altera o entendimento da legislação do imposto de renda sobre o Lucro Presumido (Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999) e passa considerar a receita de permuta oriunda das transações de permuta física, reconhecida a valor justo, como base de cálculo para o IRPJ, Contribuição Social, bem como ao PIS e a COFINS. Com base nesse entendimento, entre 2017 e 2018 foram lavrados Autos de Infração contra o Grupo no montante de R\$28.718. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Grupo apresentou impugnação em esfera administrativa, onde é requerida a declaração de insubsistência da autuação, ao fundamento de que não se pode admitir que o reconhecimento de valor justo decorrente da celebração de contratos de permuta gere alguma espécie de repercussão sobre a base de cálculo dos tributos referidos. A probabilidade de perda desse processo é possível e o risco envolvido estimado para 31 de dezembro de 2019 é de R\$33.299.

19 Provisão para manutenção de imóveis

A Companhia e controladas oferecem garantia limitada de cinco anos contra problemas na construção, em cumprimento à legislação brasileira. De forma a suportar este compromisso, sem impacto nos exercícios futuros e propiciar a adequada contraposição entre receitas e custos, para cada empreendimento em construção, foram provisionados, em bases estimadas, valor correspondente de 1,5% do custo de construção em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Esta estimativa é baseada em médias históricas e expectativas de desembolsos futuros, de acordo com análises do departamento de engenharia da Companhia, revisadas anualmente. A provisão é registrada à medida da evolução física da obra aplicando se os percentuais supracitados sobre os custos reais incorridos. A movimentação das provisões para manutenção é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	1.578	857	5.453	6.801
Adições	285	2.898	1.452	1.929
Baixas	(297)	(2.177)	(3.048)	(3.277)
Incorporação	-	-	3.844	-
Saldo final	1.566	1.578	7.701	5.453

20 Patrimônio líquido: (a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$281.602 (R\$179.032, em 31 de dezembro 2018) e está representado por 27.972.479,422 ações ordinárias (17.903.150,656 quotas em 31 de dezembro de 2018). **(b) Composição societária:** Em 30 de outubro de 2019, a sócia PRPMV Participações S.A. decide aprovar a transformação do tipo societário da Patrimar, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado. Para tanto, uma Reunião de Sócios, e subsequentemente, uma Assembleia Geral Extraordinária, foram instaladas. Adicionalmente, a Companhia incorporou a sociedade RPMV Participações S.A., que detinha participação de 99,99% das quotas Construtora Novolar Ltda. e recebeu por cessão a quota restante que a PRPMV Participações S.A. detinha da Construtora Novolar Ltda. Em função do exposto, a PRMV Participações S.A. e RPMV Participações S.A. retiram-se do quadro societário da Construtora Novolar Ltda., ficando a nova e única sócia Patrimar Engenharia S.A. admitida em seus lugares. Com base no balanço especial levantado pela RPMV Participações S.A. em 30 de setembro de 2019, a Patrimar incorpora esta e o acervo líquido de R\$ 102.570 é utilizado para aumento de capital na Patrimar. Após a incorporação, a Patrimar identificou a necessidade de realizar ajustes no saldo de abertura da incorporação, o qual foi ajustado à débito na conta de lucros (prejuízos acumulados) em função de ajustes no balanço. Os ajustes são basicamente provenientes de reconhecimento de provisões de distratos de anos anteriores (2018 e 2017) e juros capitalizados em investimentos de empreendimentos concluídos.

Balanço especial levantado em 30 de setembro de 2019					
	Saldo incorpo-rado		Saldo incorpo-rado		Saldo ajusta-do
Ativo	incorpo-rado	Ajuste ajustado	Passivo	incorpo-rado	Ajuste
Caixa e equivalentes de caixa	10	10	Dividendos a pagar	13.701	-
Investimentos	122.144	(10.374)	Partes relacionadas	5.883	-
			Patrimônio Líquido	102.570	(10.374)
	122.154	(10.374)	Total	122.154	(10.374)

Após a incorporação, a Patrimar incorporou a sociedade RPMV Participações S.A., que detinha participação de 99,99% das quotas Construtora Novolar Ltda. e recebeu por cessão a quota restante que a PRMV Participações S.A. detinha da Construtora Novolar Ltda. Em função do exposto, a PRMV Participações S.A. e RPMV Participações S.A. retiram-se do quadro societário da Construtora Novolar Ltda., ficando a nova e única sócia Patrimar Engenharia S.A. admitida em seus lugares. Com base no balanço especial levantado pela RPMV Participações S.A. em 30 de setembro de 2019, a Patrimar incorpora esta e o acervo líquido de R\$ 102.570 é utilizado para aumento de capital na Patrimar. Após a incorporação, a Patrimar identificou a necessidade de realizar ajustes no saldo de abertura da incorporação, o qual foi ajustado à débito na conta de lucros (prejuízos acumulados) em função de ajustes no balanço. Os ajustes são basicamente provenientes de reconhecimento de provisões de distratos de anos anteriores (2018 e 2017) e juros capitalizados em investimentos de empreendimentos concluídos.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	10	Dividendos a pagar	13.701
Investimentos	122.144	(10.374)	Partes relacionadas	5.883
	122.154	(10.374)	Patrimônio Líquido	102.570
	122.154	(10.374)	Total	122.154

Após a incorporação, a Patrimar incorporou a sociedade RPMV Participações S.A., que detinha participação de 99,99% das quotas Construtora Novolar Ltda. e recebeu por cessão a quota restante que a PRMV Participações S.A. detinha da Construtora Novolar Ltda. Em função do exposto, a PRMV Participações S.A. e RPMV Participações S.A. retiram-se do quadro societário da Construtora Novolar Ltda., ficando a nova e única sócia Patrimar Engenharia S.A. admitida em seus lugares. Com base no balanço especial levantado pela RPMV Participações S.A. em 30 de setembro de 2019, a Patrimar incorpora esta e o acervo líquido de R\$ 102.570 é utilizado para aumento de capital na Patrimar. Após a incorporação, a Patrimar identificou a necessidade de realizar ajustes no saldo de abertura da incorporação, o qual foi ajustado à débito na conta de lucros (prejuízos acumulados) em função de ajustes no balanço. Os ajustes são basicamente provenientes de reconhecimento de provisões de distratos de anos anteriores (2018 e 2017) e juros capitalizados em investimentos de empreendimentos concluídos.

(c) Política de distribuição de lucros: O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% do lucro líquido, após deduzida a constituição da reserva legal será creditado como dividendos mínimos obrigatórios. A parcela retida do lucro será posteriormente destinada em deliberação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas distribuições de lucros no montante total de R\$5.039, com base nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas pela Companhia, antes dos ajustes contábeis e do refazimento mencionado na nota explicativa 2.3 das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, divulgadas nessa mesma data. Com base nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava saldo de lucros acumulados.

21 Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações/quotas utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	-	-	5.975	-
Média ponderada das ações	-	-	20.420.482.848	-
Lucro por ação básico - em R\$	-	-	0,000293	-

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	-	-	5.975	-
Média ponderada das ações	-	-	20.420.482.848	-
Lucro por ação diluído - em R\$	-	-	0,000293	-

Conforme mencionado na nota explicativa 20, a Patrimar estava constituída sobre a forma de sociedade empresária limitada até 30 de outubro de 2019, quando foi aprovada a sua transformação em sociedade por ações. Sendo assim, não se apresenta o lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro 2019.

22 Receita operacional

A reconciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de venda de imóveis	50.332	44.197	256.786	203.828
Receita de serviços	9.022	2.531	9.061	2.718
Vendas Canceladas (Distrato)	(7.248)	-	(24.116)	(20.319)
Reversão (Provisão) para distratos	1.128	(941)	1	1.708
AVP – Ajustes a valor presente (i)	(745)	1.191	(6.121)	(2.606)
Tributos sobre o faturamento	(759)	(1.011)	(4.552)	(3.982)
Receita operacional líquida	51.730	45.967	231.059	181.347

(i) Por entender que o financiamento feito a seus clientes é parte intrínseca de suas operações, a Companhia apropria as reversões dos ajustes a valor presente das contas a receber de clientes como receita operacional.

23 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos imóveis vendidos				
Materiais	(7.702)	(5.067)	(27.711)	(12.152)
Terrenos	(7.726)	(10.722)	(44.581)	(39.993)
Imóveis concluídos	(5.896)	(12.236)	(42.401)	(46.692)
Gastos com pessoal	(1.295)	(1.408)	(3.632)	(2.501)
Subempreiteiros	(4.829)	(5.256)	(22.502)	(12.287)
Outros	(3.659)	(1.103)	(8.961)	(11.559)
	(31.107)	(35.792)	(149.788)	(125.184)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e gerais				
Gastos com pessoal	(10.797)	(9.038)	(11.532)	(9.112)
Despesas de viagens, hospedagens e outros	(2.237)	(3.416)	(2.526)	(3.554)
Depreciação e amortização	(3.063)	(2.115)	(2.967)	(2.118)
Serviços de terceiros	(4.174)	(2.387)	(5.474)	(3.102)
	(20.271)	(16.956)	(22.499)	(17.886)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Com vendas				
Gastos com pessoal	(1.264)	(1.258)	(2.047)	(1.415)
Comissões e corretagens	(547)	(609)	(4.271)	(2.033)
Stand de Vendas/Apartamento decorado	(419)	(1.711)	(2.523)	(4.651)
Propaganda e publicidade	(1.520)	(495)	(6.556)	(5.306)
Outras	(1.391)	(387)	(5.341)	(1.807)
	(5.141)	(4.460)	(20.738)	(15.212)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas				
Despesas com crédito imobiliário	(162)	(8)	(1.755)	(1.204)
Despesas tributárias	(49)	(369)	(320)	(522)
Provisão contingências	(295)	(1.354)	(4.841)	(3.647)
Outras (i)	(447)	(861)	(1.862)	(3.195)
	(953)	(2.592)	(8.778)	(8.568)
	(26.365)	(24.008)	(52.015)	(41.666)

(i) Em 2018 parte significativa foi representada por ajuste de perdas em avaliação de alguns ativos da Companhia. (ii) Em 2018 incorreram algumas baixas de ativos da Companhia, baseado em levantamento por inventário e gastos adicionais para cobrir compromissos não honrados por empreiteiros.

24 Honorários da administração

Durante o exercício de 2019, o montante de despesas a título de remuneração dos administradores no consolidado é de R\$ 2.429 (Controladora – R\$ 1.999) (R\$ 2.968 - Consolidado e R\$ 2.128 - Controladora em 31 de dezembro de 2018).

25 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Atualização monetária e juros contratuais	827	1.040	3.432	6.549
Ajustes a valor presente	343	362	1.733	1.238
Juros sobre aplicações financeiras	582	381	1.050	2.657
Outras receitas financeiras	1.752	1.783	6.215	10.444

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(2.819)	(1.323)	(3.310)	(6.567)
Débitos de encargos e tarifas bancárias	(203)	(652)	(586)	(1.489)
Despesas com financiamentos	(32)	(93)	(190)	(531)
Despesa com Derivativos	(496)	-	(496)	-
Outras despesas financeiras	(160)	(12)	(1.823)	(125)
	(3.710)	(2.080)	(6.405)	(8.712)
	(1.958)	(297)	(190)	1.732

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

26 Despesas de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no regime de competência. No entanto, considerando que o recolhimento destes só é realizado com base no critério fiscal de recebimentos (regime de caixa), a Companhia registra os mesmos como tributos diferidos, até o momento de seu efetivo recolhimento. A composição dos saldos de impostos a serem recolhidos com base nos critérios fiscais encontra-se abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do IRPJ e CSLL	6.669	4.396	31.100	20.774
Alíquota 34%	(2.267)	(1.495)	(10.574)	(7.063)
Efeito sobre exclusões (Equivalência Patrimonial)	(4.799)	(6.299)	(422)	(1.545)
Créditos fiscais não reconhecidos por diferença temporária	-	-	-	-
RET	6.372	7.288	6.435	4.999
Despesas com IR e CSLL	(694)	(506)	(4.561)	(3.609)
%	11%	12%	15%	17%

A Companhia tem saldo de prejuízos fiscais e base negativa acumulados de R\$ 12.465 (R\$ 6.984 em 31 de dezembro de 2018). A administração julgou que esses ativos diferidos de prejuízos fiscais não deveriam ser reconhecidos considerando a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que se deve ao fato de que parte substancial das operações do Grupo são desenvolvidas por meio de SPs e SCs, além do regime especial de tributação (RET), adotado para determinados empreendimentos da Companhia e de suas controladas.

27 Receitas a apropriar e custos a incorrer

Em observância ao Ofício Circular Nº 02/2018 de 12 de dezembro de 2018, que trata sobre o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas nas companhias brasileiras, apresentamos as informações abaixo, relacionadas principalmente com receitas a apropriar, custos a incorrer de unidades em construção em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empreendimentos em construção				
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas				
Empreendimentos em construção:				
(a) Receita de vendas contratadas		84.687	645.755	
Receita de vendas apropriadas:				
Receita de vendas apropriadas		(53.258)	(336.053)	
Distratos - receitas estornadas		2.184	16.328	
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas		(51.074)	(319.725)	
Receita de vendas a apropriar (a+b)		33.613	326.030	
(ii) Custo orçado a apropriar das unidades vendidas				
Empreendimentos em construção:				
(a) Custo orçado		52.257	381.392	
Custo incorrido:				
Custos de construção		(33.706)	(182.532)	
Custo incorrido líquido		(33.706)	(182.532)	
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b)		18.551	198.860	
(iii) Custo orçado a apropriar das unidades em estoque				
Empreendimentos em construção:				
(a) Custo orçado		29.424	342.420	
(b) Custo incorrido		(23.529)	(131.397)	
Custo a incorrer das unidades em estoque (a+b)		5.895	211.023	

28 Compromissos: (a) Compromissos com a aquisição de terrenos

Compromissos foram assumidos pela Companhia para a compra de terrenos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado, em virtude de pendências a serem solucionadas pelos vendedores para que a escritura definitiva e a correspondente transferência da propriedade para a Patrimar, suas controladas ou seus parceiros sejam efetivadas. Referidos compromissos totalizam R\$ 1.266.777 (R\$ 651.979 - 2018), dos quais: R\$ 931.438 (R\$ 634.700 - 2018) se referem a permutas por unidades imobiliárias a serem construídas, R\$ 254.824 (R\$ 17.279 - 2018) se referem à participação no recebimento da comercialização dos respectivos empreendimentos e R\$ 80.515 se referem ao pagamento de terrenos (Novolar, incorporada em 30 de setembro de 2019, Nota 20 (b)).

29 Apresentação de informações por segmento e natureza

A principal receita do Grupo vem da atividade de incorporação imobiliária. O principal gestor das operações analisa informações analíticas por empreendimento para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeira, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance nos empreendimentos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão em conjuntos por tipo de empreendimento (residencial de alto e médio padrão e comercial), que pudessem caracterizar-se em uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade.

30 Seguros: O Grupo mantém, em 31 de dezembro de 2019, os seguintes contratos de seguros:

a) Risco de engenharia - obras civis em construção, que oferece garantia contra todos os riscos envolvidos na construção de um empreendimento, tais como incêndio, roubo e danos de execução, entre outros. Esse tipo de apólice permite coberturas adicionais conforme riscos inerentes à obra, entre os quais se destacam responsabilidade civil geral e cruzada, despesas extraordinárias, tumultos, responsabilidade civil do empregador e danos morais. b) Seguro empresarial - cobertura para os "stands" de vendas e apartamentos-modelo, com garantia contra danos causados por incêndio, roubo, raios e explosão, entre outros. c) Seguro de riscos diversos - equipamentos eletrônicos - garantia contra eventuais roubos ou danos elétricos. d) Seguro de responsabilidade civil geral de administradores.

Itens	Vigência				
	Início	Término	Novolar	Patrimar	Combinado
Aeronave	2019	2020	-	2.080	2.080
Compreensivo Empresarial e responsab. Civil geral - Multirisco	2019	2020	-	2.060	2.060
Executante Construtor - Término Obra - SGTO	2017	2020	2.787	-	2.787
Executante Construtor - Término Obra - SGTO	2018	2020	2.462	-	2.462
Executante Construtor - Término Obra - SGTO	2018	2021	4.318	-	4.318
Executante Construtor - Término Obra - SGTO	2019	2022	1.967	-	1.967
Executante Construtor Término de Obras - Infraestrutura não incidente	2019	2022	522	-	522
Responsabilidade civil (Administradores) D&O	2019	2020	-	10.000	10.000
Risco Engenharia e Risco Civil	2017	2020	21.512	-	21.512
Risco Engenharia e Risco Civil	2017	2021	-	28.000	28.000
Risco Engenharia e Risco Civil	2018	2020	16.412	-	16.412
Risco Engenharia e Risco Civil	2018	2021	28.784	-	28.784
Risco Engenharia e Risco Civil	2018	2023	-	169.625	169.625
Risco Engenharia e Risco Civil	2019	2020	-	-	-
Risco Engenharia e Risco Civil	2019	2023	13.112	-	13.112
Término obra - Manutenção corretiva - SGPE	2018	2023	539	-	539
Término obra - Manutenção corretiva - SGPE	2019	2024	591	-	591
Seguro (Permuta)	2017	2021	-	18.751	18.751

**ANUNCIE AQUI**
(31) 3236-8001**IMESA - INSTITUTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA DE ALFENAS S/A**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os senhores acionistas de Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S/A, CNPJ 20.409.439/0001-80, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar na sede da Companhia, à Rua Adolfo Engel, 19, bairro Loteamento Siqueira, Alfenas, MG, no dia 18/08/2020, às 20:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: i) conversão em ações ordinárias nominativas da totalidade das ações preferenciais nominativas que integram o capital social da Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S/A; e ii) a respectiva alteração do estatuto social especialmente artigo 5º.
Alfenas, 07 de agosto de 2020. Dr. José Carlos Miranda - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

Aviso de Licitação. Processo: 064/2020 - Pregão Presencial 029/2020. A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, objetivando a **Locação de Caminhão ¼ com Bau Refrigerado Adaptado para Transporte Frigorífico com combustível e motorista por conta da contratada**, com entrega dos envelopes de habilitação e proposta até as 09:00:00 do dia 24 de agosto de 2020, nos termos da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estarão à disposição na Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, situada na Avenida Pedro Ferreira, 159- Centro. Pelo telefone (33) 3741 1312/ 2777 de 7:30 as 12:30 h. Ou pelo site www.jequitinhonha.mg.gov.br - Jequitinhonha-MG, 07 de agosto de 2020 - Carina Ferreira dos Santos - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA – MG – Pregão Presencial nº 22/2020 - Objeto: Registro de preços para a aquisição de insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Data de abertura: Dia: 17/08/2020, às 8:30 horas. Editais disponíveis no site: www.novaera.mg.gov.br ou no Departamento de Compras: Rua João Pinheiro, 91 – Centro. Laura Maria Carneiro de Araújo – Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGOSTO DE LIMA/MG

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº033/2020 - A Prefeitura Municipal de Agosto de Lima, Estado de Minas Gerais, torna público que fará realizar Pregão Presencial Nº033/2020, aquisição de um veículo zero km, tipo van, mínimo 15 lugares, adaptado acessibilidade para 01 cadeirante, com dispositivo elevador elétrico hidráulico. Tipo Licitação: Menor Preço: Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 21/08/2020 às 13:00h. Maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Agosto de Lima, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail licitacaoagustodelimamg@yahoo.com – João Carlos Batista Borges Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Minduri - Extrato de Ata de Registro de Preços - Nº Processo 038/2020. Espécie: Ata de Registro de Preços nº 011/2020. PE 005/2020. Contratada: Ser Eventos e Serviços Ltda. CNPJ 11.917.177/0001-73. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada com disponibilidade de pessoal capacitado para a prestação de serviços de apoio operacional na barreira sanitária por 258 (duzentos e cinquenta e oito) dias com carga horária diária de 12 (doze) horas por dia para prevenção e contenção ao novo corona vírus (COVID-19) em caráter de emergência, durante o exercício de 2020. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 subsidiária a Lei 8.666/93 e Decreto 10.024/2019. Vigência: 04/08/2020 a 04/08/2021. Data da Assinatura: 04/08/2020.

Prefeitura Municipal de Minduri - CONTRATO 052/2020 Contratante: Município de Minduri. Contratado: Ser Eventos e Serviços Ltda. CNPJ 11.917.177/0001-73. Valor do Contrato: R\$38.184,00 (trinta e oito mil e cento e oitenta e quatro reais. Origem: 2.04.06.10.122.0004.2.0091 – 3.30.39.9, Fonte 00.01.54. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada com disponibilidade de pessoal capacitado para a prestação de serviços de apoio operacional na barreira sanitária por 258 (duzentos e cinquenta e oito) dias com carga horária diária de 12 (doze) horas por dia para prevenção e contenção ao novo corona vírus (COVID-19) em caráter de emergência, durante o exercício de 2020. Vigência: 04/08 a 31/12 – Data da assinatura: 04/08/2020 – José Ronaldo da Silva – Prefeito Municipal.

TENCO SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ/ME Nº 03.065.552/0001-76 - NIRE Nº 31.300.097.536

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os Acionistas da Tenco Shopping Centers S.A. ("Companhia") para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia Geral"), a ser realizada **no dia 14 de agosto de 2020, às 11:00h**, em primeira convocação, de forma DIGITAL, por meio de videoconferência, utilizando o aplicativo Zoom, acesso pelo link <https://us02web.zoom.us/j/81587564511>, ID nº 815 8756 4511, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10 de junho de 2020, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (i) a homologação e confirmação do aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$3.022.619,17 (três milhões, vinte e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), aprovado no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de julho de 2020, registrada perante a JUCEMG sob o nº 7913190, em sessão de 10.07.2020 ("AGE de 02.07.20"); (ii) o aumento de capital social da Companhia, no valor total de R\$3.022.619,17 (três milhões, vinte e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), com a consequente emissão de 186.581,430 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por um preço de emissão correspondente a R\$0,0162 por ação, fixado conforme inciso I do §1º, do art. 170 da Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sem diluição injustificada dos atuais acionistas, com base no laudo de avaliação emitido pela empresa Apis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Paseio, nº 62, 6º andar, Centro, CEP 20.021-290, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.681.365/0001-30; (iii) a aprovação da nova redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista os itens (i) e (ii) acima; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e estão à disposição de V.Sas. para consulta por meio do link: https://gruportenco-my.sharepoint.com/:f/g/personal/rafael_ni_gruportenco.com.br/EuSuYCl6nfsEIVHqofaVfKwB3F6cVOdkoTcsJDXGhghGQ?e=edkIdm, sendo certo que a senha de acesso deverá ser solicitada ao departamento jurídico da Companhia pelo e-mail rafael_ni@gruportenco.com.br.

Informações Gerais: Aos acionistas que desejarem apresentar manifestação de voto poderão fazê-lo, na data da assembleia, até o horário de encerramento da assembleia, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico para rafael_ni@gruportenco.com.br. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar, à Companhia, cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2020.

Fauze Barreto Antun - Presidente do Conselho de Administração

MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA PALMA/MG**CONVITE Nº. 01/2020**

O Município de Várzea da Palma/MG, torna público que realizará Processo Licitatório - na Modalidade Convide, para contratação de serviço de retífica de motor(incluindo fornecimento de peças) no motor FPT NEFT3 de motoniveladora, New Holland R104B, Ano 2013, conforme solicitação da Secretaria de Administração. Julgamento: 19/08/2020, às 11hs, no Setor de Licitações, situado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº.1.000, Pínlar, Várzea da Palma. Informações: Telefone (38) 3731-9225 ou e-mail varzeadapalma.licitacao@yahoo.com.br. Edital na íntegra: <http://varzeadapalma.mg.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG

Extratos de Contratos - Pregão Eletrônico 019/2020 - Torna Pública a realização do Contrato de Fornecimento nº 205 da empresa Cidínea Lima Santos 11144591600, valor total R\$ 14.004,00 e o Contrato de Fornecimento nº 206 da empresa Renato da Cunha Ferreira Junior, valor total R\$ 23.944,68. Data de assinaturas: 05/08/2020. Vigência 06 meses. Contratos referentes ao PL 58/ 2020 PE 19/2020. Obj: aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita para o Lar Santa Rita e Apae, recurso do Ministério da Cidadania, portaria 369/2020. Informações no Site Oficial da Prefeitura Municipal, www.po.mg.gov.br/licitacoes. João Carlos Nogueira de Castilho - Prefeito Municipal. Inf. (34) 3811-1231

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DE MINAS CISNORTE

O CISNORTE/MG torna público que realizará licitação através de Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle de abastecimento da frota de veículos do CISNORTE, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou micro processado (chip), de aceitabilidade para aquisição de combustíveis em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet. Proc. Licitatório 019/2020 - Pregão Presencial 007/2020. Credenciamento às 08h30min. Julgamento: 21/08/2020 às 09h00min. Edital completo: www.cisnorte.com.br. Inf. via e-mail: licitacao@cisnorte.com.br. Anésio Botelho Neto - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através de seu Pregoeiro Oficial torna público que fará realizar no dia **21/08/2020 às 09h00min (nove) horas**, licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 018/2020, Processo Licitatório nº 041/2020, “Contratação de pessoa jurídica, para Aquisição de Material de Limpeza em geral para atender as diversas Secretarias do Município de Juramento/MG”** Conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.:(38) 3236-1118 – e-mail: licitacaojuramento@gmail.com. Pregoeiro Oficial: Robson Corrêa Barbosa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**AVISO DE LICITAÇÃO****Concorrência Pública nº 015/2020**

O Município de Nova Lima torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 015/2020. Objeto: contratação de empresa para a Construção de uma ponte sobre o córrego situado na rua Bem Te Vi, no Bairro Alpina, Nova Lima/MG. A abertura dar-se-á no dia 10/09/2020 às 09:30h na Rua Bias Fortes, nº 62 – 2º andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 10/08/2020 no site www.novalima.mg.gov.br e no departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Nova Lima, 08 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar **Processo Licitatório nº 040/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 003/2020**, objetivando a futura **Contratação de Instituição Financeira, Pública ou Privada, para operar os serviços de gerenciamento e processamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG, com exclusividade, sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.** Início da Sessão e Credenciamento: Dia **24/08/2020 às 09:00 hs.** Ass.: Evanildo Aparecido Carneiro - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3631-1420 ou via e-mail: licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br. Consulta ao Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**AVISO DE LICITAÇÃO****RETIFICANDO A DATA DO PREGÃO**

Pregão Presencial Registro de Preço - nº 74/2019
O Município de Nova Lima, torna público a retificação da data da sessão do **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 74/2019. Objeto:** Aquisição de uniformes para as Secretarias de Saúde e de Educação e equipamentos de proteção individual – EPI para as secretarias de Administração e de Saúde do Município de Nova Lima, destinando os itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Fica agendada para 20/08/2020, às 09:00 horas, a sessão para recebimento dos envelopes. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Portal da Transparência/Publicações**.

Nova Lima, 07 de Agosto de 2020.

A Pregoeira**MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG****Aviso de Retificação**

A Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas torna público a 4ª retificação ao Edital - Concurso Público nº 01/2019, Maiores informações www.contagem.mg.gov.br/concursos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através de seu Pregoeiro Oficial torna público que fará realizar no dia **20/08/2020 às 09h00min (nove) horas**, licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 017/2020, Processo Licitatório nº 040/2020, “Contratação de pessoa jurídica, para Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo GLP para atender as diversas Secretarias do Município de Juramento/MG.”** Conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.:(38) 3236-1118 – e-mail: licitacaojuramento@gmail.com. Pregoeiro Oficial: Robson Corrêa Barbosa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Processo Licitatório Nº 177/2020 – Tomada de Preços Nº 014/2020 - Contratação de empresa para construção de contenção beira rio próximo a ponte pênsil ligando o Centro ao bairro Patrimônio (...). A CPL informa que em 07/08/2020 foi realizado o julgamento do Anexo II - Planilhas de Preços, onde o licitante **Construtora Linhares Ltda** foi considerado vencedor, conforme Ata de Reunião de Recebimento de Proposta/Julgamento.

São G. Rio Abaixo, 07/08/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Torna público a realização da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2020 – Contratação de empresa para Pavimentação do estacionamento e melhoramentos no Parque de Exposições e Pavimentação de trecho de estrada vicinal na saída da Comunidade do Una até a Comunidade de Rio Claro em São Gonçalo do Rio Abaixo.** As propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 14/09/2020. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubim, N.º 27 – Centro – SGRA. Cópia do edital poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitação da Prefeitura de São Gonçalo do Rio Abaixo, e ou através do site: www.saogoncalo.mg.gov.br. S. G. R. Abaixo, 20 de julho de 2020. Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

**BRAFER INVESTIMENTOS S/A**

CNPJ/MF: 17.246.695/0001-99

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Belo Horizonte 29 de Julho de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2019 E 31/12/2018

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	2.067.467,08	1.021.503,38
Caixa e Equivalente de Caixa	1.125.787,33	140.002,47
Impostos a Recuperar	79.027,01	79.581,19
Aluguéis à Receber	258.391,87	194.447,35
Outras Contas à Receber	604.260,87	607.472,37
Não Circulante	23.439.338,12	23.310.405,38
Realizável a Longo Prazo	914.024,76	920.721,44
Depósitos para Recursos	732.338,09	739.034,77
Outras Contas à Receber RLP	181.686,67	181.686,67
Investimentos	2.121.723,43	1.957.084,23
Imóveis p/Venda	2.043.979,24	1.879.340,04
Outros Investimentos	77.744,19	77.744,19
Imobilizado	20.401.548,76	20.429.757,30
Imóveis	20.317.251,09	20.364.140,72
Outras Imobilizações	84.297,67	65.616,58
Intangível	2.041,17	2.842,41
Bens Intangíveis	2.041,17	2.842,41
Total do Ativo	25.506.805,20	24.331.908,76

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	337.958,13	694.112,06
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
(+) Depreciações	12.125,10	17.994,74
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	333.598,21	712.106,80
Variação nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) em Impostos a Recuperar	554,18	(44.101,07)
Redução(Aumento)em Aluguéis à Receber	(63.944,52)	(95.692,42)
Redução(Aumento) em Outras Contas à Receber	3.211,50	(500.569,65)
Redução (Aumento) em Depósitos para Recursos	(6.696,68)	-
Aumento (Redução) em Fornecedores	12.885,45	(10.452,58)
Aumento (Redução) em Impostos e Taxas a Recolher	13.448,91	1.851,07
Aumento (Redução) em Salários, Encargos e Provisões	1.256,69	927,65
Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	306.815,60	(10.129,37)
Aumento (Redução)em Dividendos a Pagar	-	(108.834,66)
Aumento (Redução) em Crédito com pessoas ligadas PJ/PF	1.050.038,60	150.436,66
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	1.651.167,94	95.542,43
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos Bancários	(196.568,34)	196.568,34
Dividendos Distribuídos	(321.060,22)	(646.061,46)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	21.955.015,81	437.044,08	-	22.392.059,89
Lucro do Exercício	-	-	694.112,06	694.112,06
Reserva Legal	-	34.705,60	(34.705,60)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(659.406,46)	(659.406,46)
Saldo em 31/12/2018	21.955.015,81	471.749,68	-	22.426.765,49
Lucro do Exercício	-	-	337.958,13	337.958,13
Reserva Legal	-	16.897,91	(16.897,91)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(321.060,22)	(321.060,22)
Saldo em 31/12/2019	21.955.015,81	488.647,59	-	22.443.663,40

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2019

1 - Contexto Operacional: A empresa permanece com forte posicionamento no mercado de locação corporativa de primeira linha em Belo Horizonte, bem como também com promissora perspectiva futura junto aos seus projetos de expansão imobiliária industrial e residencial nas cidades de Contagem e Betim. A Diretoria. **2 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** a) Apuração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. b) Caixa e Equivalente de Caixa - Abrangem numerários em espécie e depósitos bancários à vista c) Ativos Realizáveis e Passivos Exigíveis - Atualizados, quando aplicável, pelos índices legais. d) Investimentos - Em coligadas: Avaliado pelo método de equivalência Em imóveis: contabilizado pelo valor de custo. e) Imobilizado - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação acumulada. Os percentuais de depreciação aplicados pelo método linear são considerados compatíveis com a vida útil estimada dos bens f) Provisões - Foram contabilizadas as provisões adequadas para as obrigações trabalhistas e fiscais existentes. **3 - Investimentos** 31/12/2019 31/12/2018 Partic. Empresas Ligadas/Coligadas..... 66.573,50 66.573,50 Imóveis p/Venda..... 2.043.979,24 1.879.340,04 Aplicações p/Incentivos Fiscais..... 8.119,93 8.119,93 Outros Investimentos..... 3.050,76 3.050,76 **Totais**..... 2.121.723,43 1.957.084,23

4 - Imobilizado em 31/12/2019 (R\$)

	Custo	Depreciação Corrigida	Valor Líquido
Imóveis p/Venda	20.317.251,09	0,00	20.317.251,09
Instalações	4.106,46	4.106,46	0,00
Máquinas e Equipamentos	121.312,47	111.317,76	9.994,71
Outras Imobilizações	140.417,96	66.115,00	74.302,96
Totais	20.583.087,98	181.539,22	20.401.548,76

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA/MG**PUBLICAÇÃO DE EDITAL****AVISO DE LICITAÇÃO****PROCESSO Nº. 000040/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000005/2020**

O Município de Manga-MG, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item, para **Aquisição de tablets**, conforme especificações constantes do edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida www.bll.org.com, bem como através do www.manga.mg.gov.br. Data do recebimento das propostas: a partir das 18:00 horas do dia 07/08/2020, até as 08:00 horas do dia 20/08/2020. Data e horário da disputa: 09:00 horas do dia 20/08/2020. Manga-MG, 07 de agosto de 2020. Thais Lopes Lacerda - Pregoeira Oficial.

MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO - MG**AVISO DE LICITAÇÃO****MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO – MG****EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2020****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0059/2020**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NA CABECEIRA DE CÔNEGO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE MÃO-DE-OBRA, NO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO - Dia da Licitação: 26/08/2020 - Horário: 09:00 - Local: Sala de Reunião da CPL situada à Av. Hermenegildo Nogueira da Silva – s/n B. Centro / Cônego Marinho - MG. Os interessados que não estiverem cadastrados deverão cadastrar-se até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, até as 14:00 horas, no Setor de Licitações e Contratos deste Município. O Edital estará disponível no Setor de Licitações e Contratos no horário de 08:00 às 14:00. Para adquirir o Edital, o interessado deverá solicitar por E-mail: licitacao@conegomarinho.mg.gov.br ou retirar no site: www.conegomarinho.mg.gov.br/site/licitacao. Informações: (38) 99915-9003 e E-mail: licitacao@conegomarinho.mg.gov.br

Cônego Marinho-MG, 07 de agosto de 2.020

Leonardo Ferreira da Cruz Júnior - Presidente - CPL.

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019, comparadas às do exercício findo em 31/12/2018. A Diretoria.

Demonstração do Resultado Acumulado

Demonstração do Resultado Acumulado		
	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Bruta	1.616.337,14	1.313.563,02
Aluguéis	(1.033,37)	(1.234.330,97)
Deduções: Impostos e Contribuições	(1.367,30)	
Total da Receita Líquida	4.063,02	1.189.232,05
Despesas Administrativas	(763.235,01)	(878.593,42)
Receitas Financeiras	83.355,26	32.705,05
Despesas Financeiras	(134.971,70)	(110.342,56)
Impostos e Taxas	(269.619,95)	(535.566,01)
Outras Receitas	433.984,54	328.072,66
Outras Despesas	(218.914,31)	(668.601,25)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	413.634,56	694.112,06
Contrib. Social sobre o Lucro Líquido	(26.384,99)	
Lucro (Prej.) antes do Imp. de Renda	387.249,76	694.112,06
Provisão para o Imposto de Renda	(429.291,63)	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	337.958,13	694.112,06
Lucro por ação	4.805,46	9.869,64

O EMBATE NA PGR

A Lava Jato foi a maior operação de combate à corrupção em todo o mundo. As notícias do trabalho desenvolvido pelos promotores e demais, que se dedicaram ao projeto, nascido silenciosamente, satisfaziam aos seus autores e orgulhavam o Brasil. A nossa má fama como gestores de dinheiros públicos perdia força.

A Lava Jato passou a ser referência na hora de decisões de interesse nacional. Quando Temer teve de escolher o núcleo palaciano, constatou que cinco dos pretendentes a relevantes cargos eram objeto de investigações da operação.

A corrupção se generalizara. O empresário Marcelo Odebrecht, em determinada ocasião, declarou que a sua empresa era o próprio Estado e que “os irmãos da JBS financiaram 1.850 políticos, elegendo prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidentes da República”, como lembrou alhures o jornalista Aylê Salassié Filgueiras Quintão.

O brasileiro tomou conhecimento pela imprensa, tão criticada e vilipendiada, do festival de dinheiro público, ou seja, dos cidadãos, angariado fraudulentamente e utilizado em campanhas, e mesmo no exercício de cargos de relevo. A palavra “propina” deixou de ser apenas usada para as gorjetas nos restaurantes.

As notícias do trabalho desenvolvido pelos promotores e demais, que se dedicaram ao projeto, nascido silenciosamente, satisfaziam aos seus autores e orgulhavam o Brasil



A Lava Jato passou a ser referência na hora de decisões de interesse nacional

MANOEL HYGINO
MHYGINO@HOJEEMDIA.COM.BR

Um instituto de avaliação dos gastos de governo constatou que, em 20 anos, R\$ 2 trilhões de recursos públicos foram desviados. A Lava Jato tentou vencer contrários, mas se atirou em um mercado de interesses políticos e de primeira governamental.

Eis o momento em que nos encontramos, quando o espaço nos meios de comunicação são tomados pelo noticiário, com muita razão, sobre a pandemia. O procurador-geral da República de hoje descobriu que os agentes de Curitiba, principalmente, teriam excedido no exercício de seus mistérios, ou no cumprimento de diligências. O titular da PGR acha que é “hora de corrigir os rumos para que o lavajatismo não perdue”.

Acha S.Exa. que é chegada a hora de centralizar as ações da Procuradoria em Brasília, depois de ação enérgica e bem sucedida da Lava Jato. Mas há em meio a tudo possíveis outros motivos, que precisam ser analisados. Um retrocesso, como parece possível, seria altamente prejudicial para a nação e para a própria PGR.

* Jornalista, escritor e membro da Academia Mineira de Letras

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG. Aviso de Publicação do Processo Licitatório nº 158/2020, Pregão nº94/2020. Menor preço por item. Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material hospitalar e material de higiene e limpeza para enfrentamento ao combate do Coronavírus. Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 09h00min do dia 21/08/2020. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35)3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretor de Suprimentos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Pelo presente Edital, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, e, em nome do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região - S.T.I.E.O.M.P.N.L.R., CNPJ 22.936.355/0001-20. CONVOCO todos os trabalhadores da **EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS S.A.**, (EPOS) CNPJ 32.382.742/0002-04, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **11 (onze) de Agosto de 2020, às 08:00 horas**, em primeira convocação, com observância do quórum mínimo estatutário e às **09:00 horas**, em segunda convocação com qualquer número de presentes, na Subsele do Sindicato, situada na Rua Ipê, número 483, bairro Cidade Jardim, Caeté-MG, CEP 34.800-000. A presente Assembleia destina-se a deliberar sobre a seguinte Pauta: Apreciação da nova proposta empresarial para o Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2021, devendo ao final esta proposta ser aceita ou rejeitada, com ou sem ressalvas; 2º As deliberações tomadas na Assembleia prevalecerão para todos os fins de direito e a ela se vinculam os trabalhadores da base territorial da Entidade, sejam estes sindicalizados ou não à Entidade convocante. Caeté, 07 de agosto de 2020. Osmino Ramos de Figueiredo Neto, Presidente em exercício do S.T.I.E.O.M.P.N.L., operador, CPF 876.335.664-34.

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCESSO SELETIVO 001/2020, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, por meio da Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria 1.876 de 23 de junho de 2020, torna público o Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 001/2020. Os detalhes sobre a Publicação do edital nº 001/2020, estarão disponíveis no dia 10 de Agosto de 2020 no Quadro de Avisos da Prefeitura de Pimenta - MG e nos endereços eletrônicos: www.pimenta.mg.gov.br e www.rhsconsult.com.br.

Pimenta - MG, 07 de Agosto 2020.
Ailton Costa Faria - Prefeito Municipal/
Daniela Aparecida da Silva Lima
Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG. Aviso de Suspensão do Processo Licitatório nº 28/2020, Pregão nº22/2020. Menor preço por item. Aquisição de Material Permanente. Márcia Regina Guedes -Secretaria Municipal de Saúde, Cyntia Piernageli -Secretaria Municipal de Obras, Regulação Urbana e Defesa Civil, Mylene Curi Vilela Alvarenga- Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, Helton Teixeira Alvarenga- Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, Cláudia das Neves Vieira Lopes de Carvalho -Secretaria Municipal de Educação, Cintia Cristina Fernandes -Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Mobilidade Urbana, Karla Teixeira Silva Teixeira-Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Alexandre de Abreu Belo- Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, Cristiane Vitorino de Castro Zacaroni-Diretoria da Assessoria de Comunicação, Marcos Henrique Rodrigues-Procuradoria Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através do Presidente da CPL torna público que fará realizar no dia **09/09/2020 às 09h00min (nove) horas**, licitação na modalidade **Inexigibilidade Nº 001/2.020 Processo Licitatório Nº 042/2020, Credenciamento Nº001/2.020**, Objetivando a “Credenciamento de leiloeiros oficiais para realização de leilões destinados à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao município de Juramento/MG.” Conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3236-1118 – e-mail: licitacaojuramento@gmail.com. Presidente da CPL: Robson Corrêa Barbosa.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ARAXÁ

Aviso de Licitação. Tomada de Preços nº 02.001/2020. O Instituto de Previdência Municipal de Araxá, comunica aos interessados que realizará Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 02.001/2020, destinado a contratação de empresa especializada em engenharia civil, incluindo o fornecimento de material e mão de obra para realizar o cercamento/fechamento com tela galvanizada e postes de concreto bem como com gradil metálico tipo Nvlofor do terreno de propriedade do IPREMA – Instituto de Previdência Municipal de Araxá, situado na Avenida João Paulo II, s/nº, no Bairro Guilhermina Vieira Chaer, conforme especificações e descrições constantes do Memorial Descritivo, Projeto(s), Planilha(s) e demais Anexos integrantes deste Edital. A sessão para entrega dos envelopes de habilitação jurídica e proposta comercial dar-se-á no dia 26/08/2020 às 09h00min e abertura dos mesmos às 09h10min. O edital na íntegra encontra a disposição dos interessados no site <http://ipremamg.mg.gov.br/>, a partir do dia 11/08/2020. Demais informações pelo telefone: (34)3662-5435. André Luis da Silva, Superintendente do Iprema. Araxá-MG, 06/08/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020 - OBJETO: Contratação de Médico Ortopedista para atender no Centro de Saúde da sede do município de Itacambira-MG. Data de julgamento: 27/08/2020 às 09:00 horas. Maiores informações na sede da Prefeitura, pelo e-mail: compraslicitac@hotmail.com, Site Oficial www.itacambira.mg.gov.br ou pelo Telefone: XX38 3254 1173 no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Itacambira, 06 de agosto de 2020.
Ass. Edivaldo Magalhães Filho - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG

Tomada de Preço nº 005/2020 - Procedimento Licitatório nº 0951/2020

Sessão Oficial dia **27/08/2020 às 10h**. Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de projetos de extensão e modificação de rede elétrica em diversas vias públicas do município de São João Batista do Glória/MG.** O Edital poderá ser retirado pelo site: www.gloria.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal na sala de licitações. Informações pelo telefax (35) 3524-0908. São João Batista do Glória/MG, 07/08/2020.

Laila Cristina Pereira/Presidente da CLP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através do Presidente da CPL torna público que fará realizar no dia **10/09/2020 às 08h00min (oito) horas**, licitação na modalidade **Concorrência Pública nº 001/2.020, Processo Licitatório nº 039/2020**, Objetivando a “**Seleção de Pessoas Físicas (Motoristas) para Outorga, mediante “Permissão”, para Exploração de Serviços de Transporte de Passageiros em Veículos Automotores por Taxi no Âmbito do Município de Juramento/MG.**” Conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3236-1118 – e-mail: licitacaojuramento@gmail.com. Presidente da CPL: Robson Corrêa Barbosa.

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL. CONCURSO PÚBLICO 001/2020, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, por meio da Comissão Especial do Concurso Público, nomeada pela Portaria 1.877 de 23 de junho de 2020, torna público o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2020. Os detalhes sobre a Publicação do edital nº 001/2020, estarão disponíveis no dia 10 de agosto de 2020 no Quadro de Avisos da Prefeitura de Pimenta - MG e nos endereços eletrônicos: www.pimenta.mg.gov.br e www.rhsconsult.com.br.

Pimenta - MG, 07 de agosto 2020.
Ailton Costa - Prefeito Municipal
Kenia Sidália do Carmo - Presidente da Comissão Especial do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE MESQUITA, Minas Gerais, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público que realizará no dia, **20 de agosto de 2020, às 09:00 horas**, a abertura do Processo de Licitação na **MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020, TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto: o fornecimento de refeições para motorista e servidores da Prefeitura Municipal de Mesquita, quando estiver em viagens de trabalho na cidade de Ipatinga/MG. O edital e maiores informações poderão ser adquiridos junto ao setor de licitações, à Rua Getúlio Vargas, nº 171, Centro, Mesquita - Minas Gerais, no horário 08:00 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (33) 3251-1355 e através do site: www.mesquita.mg.gov.br, link Licitações. Vanderlânia Barbosa P. Silva - Presidente da CPL

Edital de Leilão nº 005/2020
Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
SENAD

Edital de Leilão 004/2020 – Proc. 08129.007676/2019-16 – O **Leiloeiro Público Oficial Fernando Caetano Moreira Filho**, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão na modalidade eletrônica em 26/08/2020, a partir das 13:00, através do site www.fernandoleiloeiro.com.br e plataforma www.mgl.com.br, os bens de propriedade do FUNAD, sendo veículos recuperáveis e sucata que poderão ser examinados pelos interessados no dia 25/08/2020, nos endereços indicados para cada lote no anexo do edital, mediante agendamento prévio nos telefones disponibilizados no edital. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo telefone: (37) 3242-2218.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura do Pregão Eletrônico 057/2020, no dia 24/08/2020 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: registro de preços para fornecimento de solução de segurança de e-mail, implantação e repasse de conhecimento. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnnetlicitacoes.com.br - Marcelle Rodrigues do Nascimento Faria /Pregoeira.